

PACTO FEDERATIVO ENCONTRO COM PREFEITOS



**PALÁCIO DO
CONGRESSO NACIONAL**
17 DE JUNHO DE 2015
BRÁSÍLIA/DF

SENADO
FEDERAL



Mesa do Senado Federal

Presidente: **Renan Calheiros**

Primeiro-vice-presidente: **Jorge Viana**

Segundo-vice-presidente: **Romero Jucá**

Primeiro-secretário: **Vicentinho Alves**

Segundo-secretário: **Zeze Perrella**

Terceiro-secretário: **Gladson Cameli**

Quarta-secretária: **Ângela Portela**

Suplentes de secretário: **Sérgio Petecão, João Alberto,
Elmano Férrer e Douglas Cintra**

Secretário-geral da Mesa: **Luiz Fernando Bandeira**

Diretora-geral: **Ilana Trombka**

Secretaria de Comunicação Social

Diretora: **Virgínia Malheiros Galvez**

Diretora-adjunta: **Edna de Souza Carvalho**

Diretora de Jornalismo: **Ester Monteiro**

Diretor da Secretaria Agência e Jornal do Senado: **Ricardo Icassatti Hermano**

Diretor-adjunto da Secretaria Agência e Jornal do Senado: **Flávio Faria**

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar: **Quésia de Farias Cunha**

Edição: **João Carlos Teixeira**

Diagramação: **Cássio Sales Costa**

Pesquisa de fotos: **Braz Félix**

Tratamento de imagens: **Roberto Suguino**

Capa: **Tarcísio Dantas**

Impresso pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Sumário

Apresentação: Renan Calheiros, presidente do Senado Federal	.6
Carta pelo fortalecimento dos municípios	.8
Comissão Especial do Pacto Federativo do Senado Federal	.15
Comissão Especial do Pacto Federativo da Câmara dos Deputados	.17
Íntegra dos debates do encontro de prefeitos e autoridades do Poder Legislativo sobre Pacto Federativo	.19
Lista de prefeitos, parlamentares e demais autoridades presentes	.62



Todo apoio aos municípios

Desde a redemocratização, os Municípios brasileiros passaram de um momento de auspiciosas expectativas, para uma realidade angustiante. A Constituição Cidadã de 1988 definiu novas fontes de recursos, com partilha de tributos federais e estaduais para as cidades. Porém, desde então, a União passou a transferir para os Municípios uma série de obrigações sem uma contrapartida em recursos públicos.

Pior: o Governo Central promoveu uma escalada da carga tributária sem a participação de Estados e Municípios. Contribuições sociais e suas alíquotas sofreram majorações, enquanto que impostos que compõem os Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios, na contramão, foram alvo de desonerações fiscais nos últimos anos, o que causou perdas bilionárias a esses entes federados.

Em 2015, a situação se agravou pela crise econômica, seguida pelo ajuste fiscal promovido pelo Governo Federal, que se sentiu muito mais nos Municípios e nos Estados que na União. Mas esse ajuste fiscal não pode significar um desajuste social. Se o Congresso analisa as medidas apresentadas pela Presidência da República, não pode deixar de atender as demandas que garantam condições mínimas de administração aos gestores municipais e estaduais.

O encontro com Governadores, realizado em 20 de maio, e, agora, o encontro com Prefeitos demonstram que, mais que nunca, o Congresso Nacional se mobiliza para enfrentar os problemas que estão impedindo Estados e Municípios de ampliar a qualidade dos serviços que podem melhorar a vida da população. É fundamental aproveitar o ativismo do Congresso Nacional, o protagonismo que tanto a Câmara dos Deputados como o Senado Federal estão exercendo, para que, na prática, seja esboçado um novo desenho da Federação.

O compromisso do Legislativo é priorizar essa pauta em 2015. Comissões Especiais funcionam nas duas Casas com o objetivo de sistematizar projetos, acelerando a sua votação.

Os esforços do Legislativo para atender a pauta de Estados e Municípios, porém, não começaram agora. Já votamos a convalidação dos incentivos fiscais, que ora tramita na Câmara dos Deputados. Aprovamos a troca do indexador das dívidas estaduais e municipais e fizemos um acordo para que a medida vigore a partir de janeiro de 2016. Aprovamos também o acesso a 70% dos depósitos judiciais e administrativos, de acordo com proposta do Senador José Serra. Determinamos o compartilhamento dos impostos do comércio eletrônico, um enorme mercado que cresce a cada ano, cuja arrecadação não era partilhada equitativamente. Apreciamos, no início desta Legislatura, os vetos dos royalties do petróleo e os derrubamos, decisão que ainda depende de julgamento no Supremo Tribunal Federal.

Mais além, o encontro com os Prefeitos explicitou que temos grandes desafios na pauta federativa, principalmente uma nova solução para o pagamento dos precatórios. Fizemos um grande esforço, no passado, mas ação de inconstitucionalidade proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil levou o Supremo Tribunal Federal a suspender as regras então aprovadas. E a circunstância nos impõe a necessidade de aprovarmos uma nova proposta de emenda à Constituição.

Outros itens, como a redistribuição dos recursos da Cide sobre combustíveis, a atualização das legislações sobre o ISS e o IPTU, estão entre reivindicações que se colocam entre as competências do Congresso Nacional e serão levadas a deliberação com a maior brevidade possível.

Como se pode notar, nossa pauta não é contra ninguém. Absolutamente! É a pauta do povo brasileiro. Não defendemos a política do “quanto pior, melhor”; defendemos a política do “quanto melhor, melhor” e não podemos aceitar falsos dilemas. Muitos planos econômicos fazem água não porque estão, tecnicamente, errados, mas porque são socialmente impraticáveis. E o papel do Congresso Nacional quando busca revisar o Pacto Federativo é colocar limite no ajuste para que seja, sobretudo, justo e leve em consideração o anseio dos Municípios e dos Estados.

Renan Calheiros

Presidente do Congresso Nacional

Carta pelo fortalecimento dos municípios

Brasília, 16 de junho de 2016

Reunidos no Palácio do Congresso Nacional em Brasília, a convite dos Presidentes do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Cunha, Prefeitos das cidades brasileiras discutiram propostas e alternativas para o pacto federativo, em especial, formas de financiamento de políticas públicas, como saúde e educação, bem como a diminuição das disparidades regionais.

Análise de conjuntura

A divisão desigual dos recursos tributários entre os entes federados passou a conviver em 2015 com a diminuição da atividade econômica, o que levou ao aumento do desemprego, à redução da arrecadação tributária e à realização de um ajuste fiscal pelo governo federal. Tais fatos limitaram ainda mais a capacidade das administrações municipais de fazer frente às suas crescentes obrigações, muitas delas assumidas por força de lei federal, mas sem a previsão das respectivas fontes de financiamento. Esse cenário se mostra insustentável para as finanças e a administração de Estados e Municípios.

De acordo com o anuário Multi Cidades - Finanças dos Municípios do Brasil, entre 2000 e 2013, a fatia das receitas disponíveis para os Municípios sobre o total da carga tributária nacional oscilou de 17,93% para 18,41%, mas as despesas municipais escalaram de 7,91% para 13,72%. Para não perder receita, a União aumentou a carga tributária nacional a partir da elevação das alíquotas das contribuições sociais, tendo em vista que apenas a receita obtida com impostos é partilhada entre os entes federados. Enquanto isso, as desonerações unilaterais do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) por parte da União puniram Estados e Municípios, levando a perdas bilionárias para os Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM).

Diante desse quadro, os presentes à reunião entendem que o momento de protagonismo do Congresso Nacional permita que sejam encontradas soluções para um novo desenho institucional para a Federação, adequando o papel das cidades e buscando uma relação harmônica entre o poder central, os Estados e os Municípios.

Nas palavras do presidente da Frente Nacional de Prefeitos, Márcio Lacerda, o ativismo do Legislativo anima a vida republicana e abre um espaço democrático para aprimorar a legislação e melhorar a qualidade dos serviços nos municípios, beneficiando a população.

Ainda que haja medidas urgentes, deve-se estabelecer um processo, levado a cabo em etapas, com a criação de canais permanentes de diálogo entre as esferas de poder. A expectativa é que também possam ser feitas mudanças estruturais nas distribuições de

recursos e de responsabilidades entre os entes federados, de maneira escalonada, no médio e longo prazos, como parte de uma ampla reforma tributária.

Propostas já analisadas pelo Congresso Nacional

Como parte da iniciativa que inclui a realização da reunião com os governadores em 20 de maio de 2015, o Congresso Nacional dá prosseguimento à sistematização e à tramitação das propostas apresentadas por Estados e Municípios que componham uma pauta que leve à melhor distribuição de encargos e receitas pelos entes federados.

O trabalho de sistematização, avaliação e acompanhamento de propostas e projetos está sendo conduzido por comissões especiais na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, criadas especificamente para discutir o Pacto Federativo (leia sobre o trabalho e a composição das comissões nas págs. XX e XX). Os Presidentes do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Cunha, garantiram que cada proposta receberá a atenção prioritária na Casa onde se encontre e não ficará sem votação.

A análise de medidas que visem a melhor distribuição de recursos entre União, Estados e Municípios, porém, começou muito antes. Nos últimos anos, o Congresso aprovou diversas medidas que representam a melhor distribuição de recursos entre Estados e Municípios.

Entre elas, estão as novas regras para a repartição justa do ICMS sobre comércio eletrônico (Emenda Constitucional 87), que valerão a partir de 2016. O Congresso também já definiu a troca do indexador das dívidas de Estados e Municípios com a União pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA (Lei Complementar 148/2014), liderando a negociação de regulamentação da nova legislação, que terá vigência a partir de 31 de janeiro de 2016, com a compensação dos Estados pelos pagamentos feitos a maior em 2015. Já aprovado no Senado (PLC 15/2015), o projeto deve ser votado definitivamente pela Câmara (PLP 37/2015) ainda no primeiro semestre de 2015, segundo o presidente da Casa, Deputado Eduardo Cunha.

Câmara dos Deputados e Senado Federal derrubaram ainda, em março de 2013, o veto da Presidente Dilma Rousseff ao projeto que define os critérios de partilha dos royalties do petróleo, para que os recursos arrecadados contemplem também Estados e Municípios não produtores, inclusive nos contratos de exploração já em vigor. Os dispositivos da nova legislação aguardam julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF).

Projetos em tramitação e sugestões legislativas

PAGAMENTO DOS PRECATÓRIOS – A falta de condições de pagamento de precatórios por parte de Estados e Municípios na década de 90 levou a um acúmulo desses títulos judiciais. Hoje há Prefeituras que comprometem alto percentual da sua Receita Corrente Líquida com o pagamento de precatórios que aguardam quitação. Ainda assim, na situação atual, não teriam perspectiva de saldar essas dívidas em um curto prazo.

Fruto de negociação política, a Emenda Constitucional 61 criou uma nova fórmula para viabilizar os pagamentos. Porém, Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) motivou o Supremo Tribunal Federal (STF) a suspender as novas regras. Tal fato impõe a necessidade de aprovação de uma nova proposta de Emenda à Constituição (PEC) com uma solução alternativa. Essa PEC, subscrita pelos líderes partidários, deve ser formalizada na Câmara dos Deputados ainda este semestre.

De acordo com o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, que apresentou o tema à reunião, a PEC não discutirá o que fazer nem quando fazer, já que esses pontos já foram definidos pelo STF. O texto definirá apenas como fazê-lo, ao introduzir três instrumentos que ao mesmo tempo garantam e viabilizem o pagamento do estoque de pagamentos.

O primeiro deles é a vinculação de receitas municipais crescentes para saldar os títulos judiciais. A cada ano, o município deve reservar mais recursos que a média da receita usada para essa finalidade nos cinco anos anteriores. O segundo é a constitucionalização da regra criada por lei complementar do Estado do Rio de Janeiro, pela qual 30% dos depósitos judiciais de natureza não tributária poderão ser usados para o pagamento dos precatórios. A norma permitiu que o Estado quitasse suas dívidas oriundas de precatórios. Por fim, caso as duas primeiras medidas não sejam suficientes, Estados e Municípios poderão ser autorizados a realizar operações de crédito para pagar os débitos com precatórios.

USO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS – Como forma de dar um alívio imediato às finanças de Estados e Municípios, o Senado Federal aprovou a proposta do Senador José Serra que prevê a liberação do uso de até 70% dos depósitos judiciais e administrativos. O texto foi incorporado pela relatora, Senadora Marta Suplicy, ao projeto complementar (PLC 15/2015) que regulamenta a renegociação das dívidas dos estados (Lei Complementar 148/2014) e que deve ser votado definitivamente na Câmara (PLP 37/2015), ainda no primeiro semestre de 2015.

DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DA CIDE – Os recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre combustíveis atualmente são divididos apenas entre a União e os Estados. Os municípios reivindicam parcela da arrecadação do tributo como forma de subsidiar a tarifa do transporte público e melhorar a qualidade do serviço nos municípios. De acordo com o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, a divisão da arrecadação da Cide é a escolha correta, já que, com a melhoria do transporte coletivo, pode haver impactos positivos inclusive para o meio ambiente, um dos objetivos da contribuição.

PEC 172/2012 – A Proposta de Emenda à Constituição 172/2012, do Deputado Mendonça Filho, impede que um novo encargo seja transferido aos entes federados sem a previsão dos repasses financeiros necessários para o seu custeio. Tal fato aconteceu repetidamente nos últimos anos como na definição, por lei federal, de pisos salariais para funcionários públicos estaduais e municipais sem levar em conta a situação dos Estados e Municípios. O Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, afirmou que a Casa pode aprovar a PEC ainda este semestre. O prefeito

de Porto Alegre, José Fortunati, entende que a proposta dá as garantias necessárias para que nenhum projeto que repasse obrigações aos Municípios seja proposto pelo Executivo e aprovado pelo Legislativo sem a previsão dos respectivos recursos.

MODERNIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DO ISS – O PLS 386/2012, que expande a lista de serviços e cria alíquota mínima para o Imposto Sobre Serviços (ISS), foi aprovado pelo Plenário do Senado e enviado à Câmara, onde a proposta (PLP 366/2013) aguarda parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC). A medida não causa ônus à União ou aos Estados e permite que municípios possam aumentar suas receitas já em 2016. De acordo com o prefeito de Campinas, Jonas Donizette, sem uma nova lei, a Prefeitura fica em situação difícil para elevar a alíquota do ISS ao cidadão. O Senador José Serra citou ainda a necessidade de acabar com a guerra fiscal entre os municípios e de melhorar a distribuição da arrecadação do ISS sobre operações de cartão de crédito, da construção civil e do leasing.

ATUALIZAÇÃO DOS VALORES DE INCIDÊNCIA DO IPTU – Principal tributo municipal, no início dos anos 2000, o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) representava 7% das receitas dos municípios. Hoje, esse percentual está abaixo de 5%. De acordo com o prefeito de Contagem (MG), Carlin Moura, é preciso atualizar a planta de valores sobre a qual é calculado o IPTU. Esse é o objetivo de projeto em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal (PLC 277/2014). Já aprovado na Câmara dos Deputados, o projeto estabelece a atualização automática da base de cálculo do IPTU de quatro em quatro anos, no início de cada mandato municipal. Assim como a alteração no ISS, o projeto não traz impacto fiscal para a União e os Estados e melhora a base tributária própria dos Municípios, diminuindo a dependência das transferências dos demais entes federativos.

REPASSE DE EMENDAS PARLAMENTARES PARA O FPM E O FPE – Atualmente, emendas de parlamentares ao Orçamento Geral da União somente podem ser direcionadas a projetos específicos, previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Proposta de Emenda à Constituição (PEC 61/2015) da Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), altera a situação, para permitir que deputados e senadores apresentem emendas individuais ao Orçamento diretamente para os Fundos de Participação de Municípios (FPM) e dos Estados (FPE). Assim, os recursos seguiriam diretamente para o governo estadual ou municipal, evitando a burocracia necessária atualmente para exame de projetos e celebração de convênios para liberação dos recursos. Segundo o prefeito de Recife, Geraldo Júlio, a medida não traz prejuízo para o controle e a fiscalização e permite a economia de parte dos R\$ 20 bilhões gastos anualmente para a descentralização de recursos para os Estados e os Municípios. A PEC está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado.

FÓRUMS DE INTERLOCUÇÃO ENTRE UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS – A ampliação do diálogo entre Governo Federal, Estados e Municípios deve ser feita por meio de instâncias próprias, a exemplo do Comitê de Articulação Federativa (CAF), criado pela Presidência da República em 2003 para ouvir os prefeitos. Projeto de lei já aprovado na Câmara dos Deputados, em debate no Senado Federal (PLC 135/2011), normatiza o CAF, definindo sua competência e sua composição, inclusive

com representantes da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e Associação Brasileira de Municípios (ABM).

Da mesma forma, o Conselho de Gestão Fiscal, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000), tem a sua regulamentação prevista em projeto de lei que está na CCJ do Senado Federal (PLS 424/2013). O prefeito de Canoas (RS), Jairo Jorge, ainda manifestou o apoio das entidades municipalistas à criação de uma “Mesa Federativa Plena”, com a participação da Presidência da República, dos governos estaduais e municipais para a discussão de temas comuns como a questão hídrica e a mobilidade urbana, entre outros.

EMPRÉSTIMOS EXTERNOS – O Ministério da Fazenda vem se negando a conceder novos empréstimos externos pelo efeito que trariam às contas públicas. Por conta disso, cidades que zelaram por suas finanças estão impedidas de obter recursos no exterior, a custos baixos, com pagamentos a longo prazo e com carência. A proposta dos Municípios, expressa pelo Prefeito de Manaus, Artur Virgílio Neto, é que os financiamentos externos sejam retomados para que os gastos se efetivem a partir do momento que a economia nacional volte a crescer, o que deve ocorrer, de acordo com o Ministério da Fazenda, a partir de 2016. Essa seria uma forma de movimentar a economia, gerar empregos e, em última instância, ajudar no crescimento.

SUBFINANCIAMENTO DA SAÚDE – Entre 2002 e 2013, as despesas municipais com saúde aumentaram em 138%, em termos reais. Assim, nesse período, os Municípios ampliaram a sua participação no total do gasto público com saúde de 21,2% para 28,9%. Enquanto isso, os Estados passaram de 20,2% para 25,3%, enquanto a União retraiu sua participação de 58,6% para 45,8%. De acordo com o prefeito de Olinda, Renildo Calheiros, há municípios que gastam mais de 35% de sua receita corrente líquida com saúde.

O prefeito de Salvador (BA), ACM Neto, sugeriu que seja aprovado, a cada ano, dispositivo na Lei Orçamentária Anual (LOA), que permita a revisão da tabela do Sistema Único de Saúde (SUS) e obrigue o governo federal a transferir os recursos obrigatórios para iniciativas como as Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu).

O prefeito de Aparecida de Goiânia (GO), Maguito Vilela, destacou que o problema da saúde angustia toda a população brasileira e é o que menos pode esperar por uma solução. Afinal, pessoas morrem por falta de remédios, de cirurgias, de médicos e de unidades de saúde.

LEGITIMIDADE PARA INGRESSAR COM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (ADI) – Atualmente, apenas autoridades das esferas federal e estadual (além dos partidos, sindicatos nacionais e do Conselho Federal da OAB) podem ingressar com ADIs no Supremo Tribunal Federal (STF). O primeiro vice-presidente da Confederação Nacional dos Municípios e Prefeito de Saldanha Marinho (RS), Glademir Aroldi, apresentou a reivindicação, para que as Prefeituras também tenham essa prerrogativa.

REITUP E NÃO ONERAÇÃO DO TRANSPORTE COLETIVO – O transporte coletivo é um serviço público cada vez mais essencial em cidades de grande e médio. O aumento das tarifas de transporte sofre forte resistência da população, como foi demonstrado nas manifestações de rua de junho de 2013. Paralelamente, os Municípios vêm aprovando leis na área de mobilidade urbana para atender aos que mais necessitam, com integração e acessibilidade. Assim, cada vez mais, há necessidade de o orçamento municipal subsidiar os sistemas de transporte coletivo.

A reivindicação dos Municípios, apresentada pelo Prefeito de Sorocaba (SP), Antonio Carlos Pannunzio, é a aprovação do Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros (Reitup), previsto em projeto de lei aprovado pelo Senado Federal (PLC 310/2009). A proposta aguarda nova votação na Câmara dos Deputados (PL 1927/2003). Os prefeitos pedem urgência para que o projeto gere efeitos ainda em 2015. A expectativa é que o Reitup estimule ações para organizar o sistema e reduzir as tarifas, inclusive por meio da concessão de benefícios fiscais para empresas concessionárias do setor de transporte coletivo, com medidas que dão transparência às planilhas de custos.

Os representantes dos Municípios também rejeitaram qualquer aumento da carga tributária para as empresas do setor de transporte público. Como parte das medidas que fazem parte do ajuste fiscal, o Governo Federal propôs o fim da redução das alíquotas da contribuição previdenciária sobre a receita bruta ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), concedida a 56 setores da economia nos últimos anos. O assunto é tema do projeto de lei 863/2015 que tramita na Câmara dos Deputados em regime de urgência. Os prefeitos defendem que a alíquota sobre a folha de pagamento para o setor de transporte público não saia dos 2% atuais e que, definitivamente, não volte aos 4,5% anteriores.

JUDICIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS – Os Prefeitos acusam excesso de intervenções nas políticas públicas com origem em decisões do Poder Judiciário e ações do Ministério Público. Segundo o Prefeito de Divinópolis (MG), Vladimir Ribeiro, as instituições, muitas vezes com as melhores intenções, interferem no dia a dia da administração pública, com consequências sobre a rotina das cidades. É o caso, por exemplo, de ações judiciais que determinam tratamentos específicos de saúde, distribuição de vagas nas escolas públicas, suspensão de obras, entre outras.

Para evitar ingerências bruscas nas administrações, os Prefeitos pediram a aprovação do projeto de lei (PL 8051/2014) que estabelece processo especial para o controle e intervenção em políticas públicas pelo Poder Judiciário. O presidente da Associação Brasileira de Municípios (ABM) e Prefeito de Várzea Paulista (SP), Eduardo Pereira, também acredita que o projeto oferecerá mecanismos para evitar a criminalização exacerbada dos agentes políticos e de suas decisões.

AUTORIZAÇÃO PARA CONSÓRCIOS PÚBLICOS CONTRATAREM OPERAÇÕES DE CRÉDITO – Desde a edição da Lei 11.107, em 2005, os Municípios foram incentivados a criar consórcios públicos para resolver problemas regionais que, isoladamente, não poderiam resolver. Esse é o caso de demandas comuns

nas áreas da saúde, educação, mobilidade urbana, resíduos sólidos e saneamento básico. Porém, os consórcios intermunicipais não conseguem receber financiamentos, tendo em vista que todas as prefeituras participantes – número que pode passar de dez – precisam apresentar uma grande documentação, especialmente o Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (Cauc). As exigências atuais praticamente inviabilizam a operação. Dessa forma, por meio do Prefeito de Embu das Artes (SP), Chico Brito, os Municípios solicitaram que a obtenção de crédito para consórcios intermunicipais seja normatizada pelo Congresso, tendo em vista que o financiamento de projetos entre diversos municípios pode se transformar em oportunidade para o desenvolvimento regional.

ENCONTRO DE CONTAS DA PREVIDÊNCIA – O que se busca é a compensação, pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), dos regimes próprios de previdência dos Estados e dos Municípios quando o servidor estadual ou municipal aposentado conte o tempo de contribuição pago ao INSS. Tal compensação poderia ser feita pelo abatimento da dívida dos Estados com a União. O Sistema de Compensação Previdenciária (Comprev) já existe como mecanismo destinado a essa finalidade. Porém, o seu pleno funcionamento estaria sendo limitado pelo Poder Executivo Federal, que alega indisponibilidade orçamentária do INSS.



Propostas devem ser votadas em 2015 no Senado

No encontro com os governadores, no mês passado, o Presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, determinou a instalação da Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo (CEAPF), responsável por sistematizar as propostas, de parlamentares e representantes dos Estados e Municípios brasileiros, que busquem um melhor equilíbrio entre as responsabilidades e os recursos disponíveis para os entes federados.

A comissão, que tem o Senador Walter Pinheiro como presidente e o senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) como relator, analisa mais de 50 propostas, recebidas das entidades representativas de Estados e Municípios nos encontros realizados em 20 de maio e 16 de junho. Muitas sugestões já estão formalizadas em projetos de lei que tramitam na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal.

Com a urgência solicitada pelo Presidente do Senado Federal, após três semanas de trabalho, os relatores setoriais, Senador Antonio Anastasia (Organização Administrativa e Serviços Públicos), Senadora Ana Amélia (Finanças Municipais) e Senadora Lúcia Vânia (Finanças Estaduais) apresentaram relatórios que resumem as propostas e sugerem iniciativas para acelerar a análise dos projetos, indicando inclusive prazos possíveis para aprovação nas comissões permanentes e no Plenário.

De acordo com Bezerra Coelho, a prioridade será incluir na pauta do Senado Federal todas as demandas dos Prefeitos que não impliquem impacto fiscal e deliberar sobre diversas matérias até o último dia do primeiro semestre de trabalhos legislativos, em 17 de julho. A CEAPF também irá indicar as matérias que devem ser objeto de maior debate para formação de consenso no Congresso Nacional, em diálogo com o Governo Federal, para que sejam votadas no mais tardar até setembro.

Comissão da Câmara realizou 18 reuniões em 2015

EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO



MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO



PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO



“A missão confiada à comissão vai ser cumprida. Se o ajuste fiscal é importante, não são menos as demandas que viabilizem minimamente as condições de gestão nas cidades”, afirmou o relator no encontro com os Prefeitos.

O Presidente da CEAPF, Walter Pinheiro, afirmou que as propostas devem ser votadas ainda em 2015, tendo em vista o atual contexto da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O compromisso da comissão, disse o Senador, é apresentar, em 8 de setembro, todos os projetos em condições para votação em Plenário. Na próxima reunião, marcada para 1º de julho, Pinheiro anunciou que o relatório geral será analisado.

“Vamos acabar 2015 com todas as medidas votadas no Senado. Depois, vamos mandar para a Câmara e comprar a briga com o Governo Federal para saber como implementar cada uma delas”, afirmou.

Presidente: Walter Pinheiro (PT-BA)

Cristovam Buarque (PDT-DF)

Vice-presidente: Simone Tebet (PMDB-MS)

Eduardo Amorim (PSC-SE)

Relator: Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

José Serra (PSDB-SP)

Subrelatora da Coordenação de Finanças

Lindbergh Farias (PT-RJ)

Municipais: Ana Amélia (PP-RS)

Marta Suplicy (Sem Partido-SP)

Subrelator da Coordenação de Organização Administrativa e Serviços Públicos:

Omar Aziz (PSD-AM)

Antonio Anastasia (PSDB-MG)

Romero Jucá (PMDB-RR)

Subrelatora da Coordenação de Finanças

Ronaldo Caiado (DEM-GO)

Estaduais: Lúcia Vânia (PSDB-GO)

Waldemir Moka (PMDB-MS)

Blairo Maggi (PR-MT)

Roberto Rocha (PSB-MA)

GABRIELA KOROSSY/CD



A Comissão Especial sobre o Pacto Federativo (Cepacto) da Câmara dos Deputados já realizou, desde a sua instalação, em 17 de março deste ano, dez audiências públicas e mais oito seminários em diferentes cidades brasileiras, em busca de subsídios para aperfeiçoar a partilha de recursos públicos e obrigações entre União, Estados, Municípios e Distrito Federal.

O Presidente da Cepacto, Deputado Danilo Forte, e o relator, Deputado André Moura, irão apresentar o relatório Ainda no primeiro semestre, uma proposta consensual que estabeleça uma nova relação entre União, Estados e Municípios. Para isso, vão sugerir a aceleração da tramitação de projetos na Câmara, principalmente sobre temas fiscais e tributários.

GUSTAVO LIMA/CD



Segundo o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Cunha, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 172-2012) é a primeira norma a ser aprovada para estancar a transferência de encargos para as Prefeituras sem a contrapartida de recursos financeiros. Cunha prevê que a proposta pode ser votada em Plenário até julho.

“Todos os projetos serão levados a votação. Nenhuma matéria que esteja na agenda dos prefeitos, dos governadores, do Pacto Federativo, deixará de ser votada no Plenário da CD”, afirmou o presidente da Câmara.

Comissão Especial destinada a analisar e apresentar propostas com relação à partilha de recursos públicos e respectivas obrigações da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal - Cepacto

Presidente: Danilo Forte (PMDB-CE)

1º Vice-Presidente: Sergio Souza (PMDB-PR)

2º Vice-Presidente: Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR)

3º Vice-Presidente: Caetano (PT-BA)

Relator: Andre Moura (PSC-SE)

TITULARES

Andre Moura (PSC-SE)
Antônio Jácome (PMN-RN)
Arthur Oliveira Maia (SD-BA)
Danilo Forte (PMDB-CE)
Deley (PTB-RJ)
Esperidião Amin (PP-SC)
Hildo Rocha (PMDB-MA)
Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)
Ronaldo Carletto (PP-BA)
Sergio Souza (PMDB-PR)
Caetano (PT-BA)
Clarissa Garotinho (PR-RJ)
Décio Lima (PT-SC)
Domingos Neto (PROS-CE)
Herculano Passos (PSD-SP)
Jorginho Mello (PR-SC)
José Nunes (PSD-BA)
Júlio Cesar (PSD-PI)
Zeca Dirceu (PT-PR)
Alex Manente (PPS-SP)
Alexandre Baldy (PSDB-GO)
Fabio Garcia (PSB-MT)
João Gualberto (PSDB-BA)
Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR)
Valadares Filho (PSB-SE)
Ronaldo Lessa (PDT-AL)

SUPLENTE

Alceu Moreira (PMDB-RS)
Beto Rosado (PP-RN)
Fabio Reis (PMDB-SE)
Fernando Monteiro (PP-PE)
Hiran Gonçalves (PMN-RR)
Kaio Maniçoba (PHS-PE)
Laercio Oliveira (SD-SE)
Mário Negromonte Jr. (PP-BA)
Newton Cardoso Jr (PMDB-MG)
Walter Alves (PMDB-RN)
Átila Lins (PSD-AM)
Fábio Mitidieri (PSD-SE)
Fernando Marroni (PT-RS)
Margarida Salomão (PT-MG)
Maurício Quintella Lessa (PR-AL)
Paulo Freire (PR-SP)
Pedro Uczai (PT-SC)
Rafael Motta (PROS-RN)
Zenaide Maia (PR-RN)
Alfredo Kaefer (PSDB-PR)
Arnaldo Jordy (PPS-PA)
Heráclito Fortes (PSB-PI)
José Reinaldo (PSB-MA)
Marco Tebaldi (PSDB-SC)
Samuel Moreira (PSDB-SP)
Sergio Vidigal (PDT-ES)

Encontro de prefeitos e autoridades do Poder Legislativo sobre pacto federativo e desenvolvimento regional

O encontro tem o objetivo de tratar da reorganização da Agenda Federativa, buscar caminhos para melhorar a situação financeira dos Municípios, equilibrando as obrigações legais aos recursos disponíveis.



Presidente do Senado Federal, Renan Calheiros – Senhores Prefeitos, Senhoras Prefeitas, Senhores Deputados Federais, Senhores Senadores, Senhoras Senadoras. Quero agradecer a presença de todos. Tanto eu quanto o Deputado Eduardo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados, nos comprometemos a fazer encontros como este que realizamos hoje com os Prefeitos, que representam os Municípios brasileiros e representam, fundamentalmente, as maiores cidades do nosso País, para conversarmos um pouco sobre o Pacto Federativo.

É fundamental que utilizemos o ativismo do Congresso Nacional, o protagonismo que tanto a Câmara dos Deputados como o Senado Federal estão exercendo, para que possamos, na prática, buscar um novo desenho da Federação. E, dentro desse desenho, estabelecer qual o papel mais adequado que deve caber aos Municípios sob todos os aspectos.

Como os senhores e as senhoras têm acompanhado, realizamos aqui uma reunião bastante produtiva com a presença de quase todos os Governadores e que teve também uma inédita participação, quando discutimos as demandas da Federação e, nela, as demandas dos Estados brasileiros.

Agora, da mesma forma, vamos discutir com os Prefeitos o que devemos fazer, qual é a pauta que vamos priorizar daqui para a frente.

Na Marcha dos Prefeitos, criamos um grupo para cuidar do Pacto Federativo no âmbito do Senado Federal, a exemplo do que já havia feito a Câmara dos Deputados; criamos uma comissão mista do Congresso Nacional para acompanhar a tramitação de todas as matérias que dizem respeito ao Pacto Federativo. E, hoje, estamos aqui, fundamentalmente, para ouvi-los.

É evidente que defendemos o ajuste fiscal – no primeiro trimestre, o ajuste fiscal se fez muito mais nos Municípios e muito mais nos Estados do que no Governo central –, mas um ajuste fiscal que não signifique, na prática, um desajuste social.

Esta reunião não é uma reunião contra ninguém. Absolutamente! Esta reunião é em favor do Brasil e dos brasileiros, que os senhores, como Prefeitos e Prefeitas, representam mais do que qualquer um.

Por isso estamos aqui, objetivamente, para ouvir.

Vamos conceder a palavra, em primeiro lugar, ao Deputado Eduardo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados, e, em seguida, vamos tentar com o Márcio Lacerda e com os presidentes das demais entidades representativas dos prefeitos estabelecer uma agenda para que possamos evoluir, como disse objetivamente, nesta reunião.

Mais uma vez, muito obrigado a todos pelas presenças honrosas.



PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha

– Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, cumprimento todos os Prefeitos presentes na pessoa do Prefeito da minha cidade, Prefeito Eduardo Paes. Este é o segundo encontro que estamos fazendo; o primeiro foi com os Governadores, e agora com os Prefeitos.

É importante colocarmos que o Pacto Federativo é um tema que está na nossa agenda desde o início da Legislatura. Até mesmo quando tive a oportunidade de fazer a campanha para a candidatura à Presidência da Câmara dos Deputados, tive a oportunidade de estar com muitos de vocês, e debatíamos a necessidade da discussão do Pacto Federativo.

Na Câmara dos Deputados, no seu âmbito, já havíamos criado uma Comissão do Pacto Federativo, presidida pelo Deputado Danilo Forte e relatada pelo Deputado André Moura. Muitos de vocês têm comparecido, dado sugestões, visitado os Estados e vários Municípios para debater a situação do Pacto Federativo.

O Pacto Federativo, sob a ótica que estamos tratando no âmbito inicial na Câmara dos Deputados, veio com o intuito de que tínhamos que determinar quais são as obrigações de cada ente federado e qual é a forma de financiá-las. Esse é um ponto fundamental porque cansamos das atitudes que, através de outros, entregam obrigações e não dão como financia-las. O primeiro exemplo clássico foi o aumento do piso do magistério acima da inflação, ocorrido no início do ano e que a maioria dos Municípios não tinha como pagar. Consequentemente, criar obrigações não só através do Poder Executivo Central como através do Poder Legislativo é algo que não temos mais condições de fazer, impor obrigações para que vocês possam assumir.

Então, a discussão do Pacto Federativo, pela ótica da Câmara inicialmente, começava com a definição das obrigações e a forma de financiá-las. E esse debate está sendo feito.

Nesse meio tempo, já tivemos algumas medidas tomadas, por sugestões, Presidente Renan, dos próprios Prefeitos, que nos levaram. A PEC 172, do Deputado Mendonça Filho, que não permite que sejam transferidos encargos sem os recursos correspondentes, já está com a comissão especial criada na Câmara, foi dada admissibilidade, e pretendemos, daqui a dez sessões da Câmara, levá-la para o Plenário, ainda o primeiro semestre, antes do recesso, para que possamos colocar isso que

entendemos que é a principal norma para conter a evasão que existe das obrigações que são colocadas sem os recursos correspondentes.

Entendemos que há um conjunto de fatores que terão que ser debatidos. Já debatemos, fizemos isso na Câmara e depois, corrigido pelo Senado, retornou à Câmara, o problema da renegociação das dívidas de Estados e Municípios com a União. Havia uma lei complementar que não estava sendo cumprida, e, depois que o Congresso passou a legislar sobre a obrigatoriedade do seu cumprimento – parece um absurdo, mas é: passamos a legislar para obrigar o cumprimento de uma lei que aprovamos –, pretendemos aprová-la com as modificações feitas no Senado Federal. Só ainda não a apreciamos porque a pauta está trancada por medidas de origem do Poder Executivo.

Além disso, uma série de medidas propostas está sendo tratadas e tentando ser aceleradas na Câmara dos Deputados. Pretendemos que as medidas que vão sair da Comissão do Pacto Federativo, das sugestões que já vieram dos Governadores e das sugestões que estão saindo daqui, algumas já conhecidas de todos e que vão ser debatidas ponto a ponto, já esclarecidas pelo Presidente Renan, além do problema dos precatórios, que o Prefeito Haddad e o Governador Alckmin já trouxeram, e para cujas propostas já foram colhidas as assinaturas, tendo já iniciado a tramitação na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, bem assim todas as que saírem daqui, embora a gente saiba que não vão conseguir resolver todos os problemas, mas, como disse o Presidente Renan, temos que aproveitar que o assunto está na ótica, no ponto de vista do processo legislativo, imediatamente.

Sabemos que temos – e teremos sempre – uma dificuldade: o cobertor é único e não adianta a gente achar que vai resolver o problema do cobertor tirando a coberta toda dos outros. O que precisamos fazer é solucionar imediatamente os problemas mais graves e ter uma forma, através do Pacto Federativo, de podermos, escalonadamente, chegar ao processo final no qual as obrigações terão o seu financiamento correspondente, e tudo terá que voltar aos trilhos normais.

Definir qual o papel de cada um e como financiá-lo é a nossa diretriz básica na Câmara, mas, a partir daí, as soluções e as propostas que estão vindo de vocês terão, no nosso âmbito, um tratamento privilegiado. Reafirmo, como o fiz na Marcha dos Prefeitos que houve agora, que todos aqueles pontos que foram solicitados, todos eles, serão colocados em votação. Se serão ou não aprovados é um problema em cima do qual teremos de trabalhar, mas nenhuma matéria que interessa, que esteja na agenda dos Prefeitos, dos Governadores, do Pacto Federativo deixará de ser votada no plenário da Câmara dos Deputados. Este é o compromisso que a gente já assume e é o objetivo final de todos nós.

Então, vamos ouvir.

Desejo um bom encontro a todos!

Presidente do Senado Federal, Renan Calheiros – Concedo a palavra, em primeiro lugar, ao Prefeito Márcio Lacerda, e, na exposição do Prefeito Márcio Lacerda, tentemos construir um roteiro, objetivamente, para próprio encontro, estabelecendo uma lista dos oradores que abordarão determinados temas.

Mais uma vez lembro que estamos contando com as honrosas presenças dos Senadores que coordenam o Grupo do Pacto Federativo do Senado, da Câmara dos Deputados e da Comissão Mista do Congresso Nacional, que também está encarregada de encaminhar essa questão.

Como lembrou aqui o Presidente da Câmara dos Deputados e como todos devem estar acompanhando, já avançamos bastante com relação a alguns itens deste Pacto. Nos últimos dias, votamos a convalidação dos incentivos fiscais – essa matéria está tramitando na Câmara dos Deputados. Aprovamos a troca do indexador das dívidas estaduais e acabamos fazendo um acordo para que a medida vigore a partir de janeiro de 2016. Aprovamos também o acesso a 70% dos depósitos judiciais e administrativos, numa medida provisória que teve como Relatora a Senadora Marta Suplicy. Atendendo a uma proposta do Senador José Serra, aprovamos o compartilhamento dos impostos do comércio eletrônico, um enorme mercado que cresce a cada ano e cujos impostos não eram partilhados com os outros entes da Federação. Apreciamos, no início desta Legislatura, os vetos dos royalties do petróleo e os derrubamos. Essa matéria, hoje, ainda está dependendo de uma decisão do Supremo Tribunal Federal, uma vez que foi judicializada, e, como lembrou o Deputado Eduardo Cunha, temos, prioritariamente, outros itens na nossa pauta federativa, principalmente uma solução, uma nova solução para o pagamento dos precatórios. Já fizemos um esforço muito grande, no passado, com o próprio Supremo Tribunal Federal, mas, depois de uma ação de inconstitucionalidade proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil, o Supremo deu uma liminar. E a circunstância nos coloca novamente, nos impõe novamente a necessidade de aprovarmos uma proposta de emenda à Constituição, tanto na Câmara dos Deputados, em dois turnos, com três quintos de votos, quanto no Senado Federal. E, como disse o Eduardo Cunha, esperamos fazer isso rapidamente.

Concedo a palavra ao Prefeito Márcio Lacerda.

Prefeito Marcio Lacerda (Belo Horizonte-MG) – Obrigado, Presidente Renan. Obrigado pelo convite para estarmos aqui em um encontro nos mesmos moldes da que foi feita com os Senhores Governadores.

Cumprimento e agradeço também o apoio e a acolhida que temos tido do Presidente Eduardo Cunha.

Nossos cumprimentos aos Senadores, Deputados, Prefeitos, demais autoridades presentes, senhores jornalistas.

Como é do conhecimento, desde a Constituição de 88, os Municípios vêm assumindo novas e recorrentes responsabilidades sem o devido acompanhamento das receitas. O nosso anuário Multi Cidades – Finanças dos Municípios do Brasil, uma publicação, demonstra que, entre 2000 e 2013, os Municípios aumentaram a sua fatia na receita disponível de 17,93% para 18,41%. Entretanto, as despesas dos Municípios passaram de 7,91% para 13,72% do total das despesas dos entes federados, ou seja, enquanto a receita do conjunto dos



PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

Municípios cresceu 0,5 percentual, as despesas municipais, em média, aumentaram 5,8, comprovando esse crescente desequilíbrio.

Dessa forma, face às muitas dificuldades enfrentadas pelos governos subnacionais, é necessário rediscutir o Pacto Federativo e promover aprimoramentos.

Essa reformulação perpassa, primeiro, pelo aprimoramento do diálogo entre as esferas de Poder; segundo, pelo aprimoramento do diálogo entre os próprios entes federados; terceiro, por mudanças na divisão dos recursos; quarto, pela revisão das responsabilidades de cada ente.

Não é preciso comentar as dificuldades que estamos todos enfrentando neste momento, todos os entes federados, todos os Municípios principalmente, mas é muito importante podermos constatar esse ativismo do Congresso Nacional, que vem preencher uma lacuna na vida democrática republicana do Brasil. E isso nos anima a entender que há um espaço democrático para que possamos aprimorar as nossas legislações no sentido de termos, principalmente nos Municípios, uma qualidade maior dos nossos serviços e podermos dizer aos nossos cidadãos que há um espaço no Congresso Nacional onde podemos discutir mudanças que irão, ao final, certamente e principalmente, beneficiar a nossa população.

Temos aqui, Senhores Presidentes, 45 Prefeitos filiados à Frente Nacional de Prefeitos, representando um quarto da população brasileira e um terço do PIB nacional. Estamos todos enfrentando as mesmas dificuldades, tenho certeza de que são as mesmas, em escala diferente, dos Municípios menores aqui representados pela Confederação Nacional dos Municípios. Mas temos certeza de que iremos trabalhar juntos e entendemos que as nossas prioridades são, no primeiro momento, aquelas que afetam as nossas receitas e despesas, mas sempre lembrando que, sabendo da dificuldade do momento, das questões do ajuste fiscal, não é possível, a curto prazo, sangrar, vamos dizer assim, o Tesouro Nacional de forma precipitada. E sabemos, como disse aqui o Presidente Eduardo Cunha, que essa redivisão vai ter que ser feita progressivamente e certamente no bojo também de uma reforma tributária.

Presidente, convoco aqui Prefeitos para que, rapidamente, em um minuto, cada um desse o seu recado a respeito dos principais assuntos em pauta.

Eu chamaria inicialmente o Prefeito Fernando Haddad para comentar a questão dos precatórios e da redistribuição dos recursos da Cide.

Prefeito Fernando Haddad (São Paulo-SP) – Eu gostaria de cumprimentar o Presidente do Senado, Renan Calheiros; o Presidente da Câmara, Eduardo Cunha; os Senadores e Deputados aqui presentes; e, obviamente, os colegas que acompanham este encontro sobre o Pacto Federativo.



PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

Cabe-me apresentar rapidamente, Presidente, a proposta dos Prefeitos em torno de duas questões conhecidas e muito importantes, começando pela questão dos precatórios.

Governadores e Prefeitos aguardavam ansiosamente o voto final do Supremo Tribunal Federal a respeito de como deveriam pagar os precatórios acumulados ao longo das últimas décadas. É sabido que desde os anos 90 os entes federados não vêm pagando os precatórios na forma da Constituição, e o assunto vem sendo empurrado com a barriga desde então.

Quando o Congresso Nacional fixou, pela Emenda Constitucional nº 61, o procedimento de parcelamento dos precatórios, imaginamos que tínhamos encontrado uma solução para o problema. Eis que a Ordem dos Advogados ajuizou ação direta de inconstitucionalidade e teve êxito.

O que representa a nova PEC? É importante sublinhar esse aspecto porque pode parecer que uma nova PEC tenha a intenção de afrontar a decisão do Supremo. É importante sublinhar que essa nova proposta de emenda à Constituição não discute o que fazer. O que fazer já foi determinado pelo Supremo Tribunal Federal. Essa proposta também não discute quando fazer, porque o roteiro de pagamento já está estabelecido no período 2016/2020. Portanto, não estamos discutindo o que fazer, nem discutindo quando fazer. O que a PEC propõe é a forma de fazer, é o como fazer.

Para isso, a PEC introduz três instrumentos. O primeiro deles: a vinculação de receitas municipais. Nenhum Prefeito poderá pagar de precatórios menos do que a média dos últimos cinco anos. Ou seja, vamos gradualmente subir a nossa média, porque a média dos cinco anos é uma média móvel. Então, a cada ano vai se incrementando o pagamento de precatórios com receita municipal.

Segundo ponto importante: teremos acesso a 30% dos depósitos judiciais de natureza não tributária. É um expediente que foi usado no Rio de Janeiro, foi feito por lei complementar estadual, e queremos constitucionalizar essa ferramenta, esse instrumento, que foi criado no Rio de Janeiro e que foi muito bem-sucedido, porque permitiu ao Estado quitar o seu estoque de precatórios.

Terceiro ponto: se não for suficiente a vinculação de receitas e o acesso a 30% dos depósitos judiciais de natureza não tributária, fica autorizada pela Constituição uma operação de crédito para dar conta do remanescente, quando for o caso. Eu garanto que, na enorme maioria dos casos, os dois primeiros expedientes serão suficientes para pagar o estoque de precatórios. Mas, se num caso específico isso não acontecer, a Constituição autoriza uma troca de dívida: precatório por uma nova dívida, desde que os dois primeiros instrumentos não sejam suficientes para honrar a decisão do Supremo Tribunal Federal.

Portanto, entendemos, Senhor Presidente, que, com essa proposta de emenda à Constituição, vamos dar conta do problema dos precatórios definitivamente. E temos Prefeitos hoje que vinculam 4% ou 5% da receita líquida real com o pagamento de precatórios, mas nem assim honrarão, até 2020, os seus compromissos.

Dito isso, essa combinação virtuosa, a solução proposta pela Frente Nacional: vinculação de receitas com o teto mais a solução engenhosa do Governo do Estado do Rio de Janeiro, as duas combinadas nessa proposta de emenda à Constituição vão pôr fim ao problema de precatórios no País.

Sobre a questão da Cide, é conhecido que os Prefeitos, pelo Fundo de Participação, não têm acesso ao compartilhamento de receitas de contribuição. Só existe partilha de impostos no Brasil. E é sabido que, a partir dos anos 90, cerca de sete, oito anos depois da promulgação da Constituição, o Governo Federal fez uso do aumento da carga tributária por meio das contribuições.

Então, o que acontece, Presidente? Quando a Receita Federal aumenta, aumenta pelas contribuições. Quando ela diminui por isenção fiscal, isentam-se os impostos. Resultado: não participamos da receita, mas entramos com o peso da desoneração. A desoneração é sempre feita à custa dos impostos, e a receita é sempre feita à custa das contribuições, das quais não participamos. Então, resulta aquilo que o Prefeito Marcio Lacerda colocou com muita propriedade: os Prefeitos e Prefeituras cada vez com mais encargos e cada vez com menos compartilhamento de receitas.

Há um ponto que tem onerado muito as Prefeituras. Sabemos que a tarifa do transporte público no nosso País é cara. E eu louvo saber, Deputado Eduardo Cunha, Presidente da Câmara, eu louvo saber que a maioria dos Parlamentares se manifestaram contrariamente à reoneração do transporte público, portanto, a tirar da lei de reoneração o transporte público, porque isso faria incidir sobre a tarifa o preço desse imposto. Mas isso não é suficiente. Entendemos, Prefeitos do Brasil, que temos que compartilhar os recursos da Cide para o único objetivo de auxiliar as Prefeituras a subsidiar o transporte público nos nossos Municípios.

Entendemos que a Cide é uma contribuição correta, ela tem, inclusive, um caráter ambientalmente correto, mas entendemos que, na ponta, quem tem que ser favorecido com a Cide é o usuário do transporte público. Portanto, nós das Prefeituras reivindicamos um compartilhamento da Cide, que hoje está restrita à União e aos Estados, sem nenhuma participação dos Municípios.

Eu penso que este é um tema candente na Federação, o transporte público, não só pela questão da modicidade tarifária, mas pela questão da qualidade. E eu entendo que seria muito importante que o Congresso se debruçasse sobre esse assunto e pudesse, ao longo do ano, pautar o debate sobre modicidade do transporte coletivo nas grandes cidades.

Muito obrigado, Presidente Eduardo Cunha. Muito obrigado, Presidente Renan Calheiros, Senadores e Deputados.

Prefeito Eduardo Paes (Rio de Janeiro-RJ) – Saúdo, aqui, com uma enorme dose de gratidão, a iniciativa do Congresso Nacional, do Presidente do Senado, do Presidente da Câmara dos Deputados, das Senhoras e dos



PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

Senhores Senadores, das Senhoras e dos Senhores Deputados. Talvez este seja um gesto absolutamente inédito na história brasileira, principalmente quando diz respeito a Prefeitos, Presidente.

É uma tradição da nossa República Federativa respeitar os entes da Federação, Estados. O próprio Senado faz essa representação dos Estados. Mas a mudança da realidade do mundo – aqui temos alguns Senadores ex-Prefeitos: a Senadora Marta Suplicy e o Senador José Serra, que foram Prefeitos de São Paulo –, a gente sabe que o tamanho dos problemas de cidades da dimensão de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte, de cidades médias brasileiras são desafios e problemas muitas vezes muito maiores do que os enfrentados pelos Governos estaduais. Portanto, esse posicionamento e essa importância que dá o Senado e a Câmara dos Deputados ao nosso papel, essa oitiva que fazem dos nossos problemas, das nossas angústias é absolutamente fundamental.

Eu também queria aproveitar, só para fazer um segundo registro, Presidente Eduardo Cunha e Presidente Renan Calheiros, para, aí, acompanhar o que disse aqui o Prefeito Fernando Haddad. Eu acho que já tivemos a experiência, no Brasil, do impacto que significa, na vida das pessoas, dos trabalhadores, Prefeito Marcio Lacerda, o aumento da tarifa de ônibus. Não se deve brincar com a possibilidade de termos que majorar ainda mais do que, enfim, as regras dos contratos de concessão já preveem essas tarifas de ônibus.

Portanto, é fundamental, Presidente Eduardo Cunha, Senhores Deputados aqui presentes, Senhores Senadores, que se mantenha a desoneração do setor de transportes. Seria um absurdo, principalmente levando em consideração os momentos recentes que vivemos em nosso País, brincar com algo assim.

E me coube, Presidente, tratar aqui do assunto da regulamentação da Lei Complementar nº 148, que trata da dívida dos entes da Federação, dessa renegociação, dessa reequiparação da dívida dos entes da Federação. Esse é um processo de muito tempo, um processo liderado por diversos Prefeitos, por diversos Governadores. Está aqui o Prefeito Fernando Haddad, que, em diversos momentos, levou essa questão e essa discussão, dada a difícil situação especial da maior cidade deste País, que é a cidade de São Paulo.

Os entes governamentais, Presidente Renan, cederam e concederam sobre esse tema em diversas oportunidades. Eu me lembro de que, quando esse tema ia ser votado no Senado Federal, V. Exª me solicitou, na época: “Não é o momento adequado para essa pressão. Aguardemos um pouco mais.”

Portanto, por parte dos entes da Federação, o que houve, sempre, foi a compreensão para que essa rediscussão da dívida, ou essa justiça que se faz com a dívida dos entes da Federação pudesse ser, enfim, postergada, para que não gerasse problema para as contas da União.

O nosso apelo, agora, é para que o Relator dessa lei na Câmara dos Deputados, aquele que, como Líder do PMDB, liderou, na Câmara dos Deputados, a aprovação dessa

lei – saúdo aqui a presença do Senador Aécio Neves – e hoje é Presidente da Câmara, coloque em votação, na Câmara dos Deputados, o exame do substitutivo do Senado Federal. O Senado Federal já apreciou a lei de iniciativa da Câmara, tão importante.

E mais uma vez, só para destacar e concluir minha fala aqui, Presidente, mais uma vez acho que os entes da Federação mostraram enorme tolerância. A pedido do Prefeito Fernando Haddad, do Prefeito Marcio Lacerda, a cidade do Rio de Janeiro, que havia conquistado uma decisão judicial, uma liminar que fazia com que os recursos já estivessem à disposição para fruição do Município, a Prefeitura cedeu, fez um acordo judicial para acompanhar aquilo que o Congresso Nacional iria definir.

Portanto, é fundamental que essa definição, Presidente Eduardo Cunha, e essa apreciação desse substitutivo do Senado aconteçam com a maior brevidade possível.

Eram essas as minhas considerações.

Muito obrigado.



Prefeito Sergio Ribeiro (Carapicuíba-SP) – Bom dia, Senhor Presidente, Renan Calheiros; Presidente Eduardo Cunha.

Eu represento, na Frente Nacional de Prefeitos, um grupo denominado G100.

A primeira missão nossa é divulgar esse conceito do G100, qual é o critério de composição. São os Municípios com mais de 80 mil habitantes, com alta vulnerabilidade social, com baixa arrecadação per capita. São aqueles Municípios que estão em torno de R\$1.000,00 per capita no seu orçamento. Esse conjunto de Municípios, cem Municípios, representam 11,9% da população brasileira.

Quando estamos discutindo propostas de reforma do Pacto Federativo brasileiro, mais importante do que a repartição de recursos é que essa repartição não possa perpetuar desigualdades que foram se ampliando ao longo dos últimos anos. O grande exemplo disso são os critérios de repartição do FPM (Fundo de Participação dos Municípios). Criado com o atual conceito, no ano de 1965, foi sendo modificado ao longo dos anos e criou uma situação como a atual, em que uma cidade como a de Borá, no Estado de São Paulo, recebe R\$2.786,00 de FPM per capita e a cidade de São Gonçalo, no Rio de Janeiro, recebe R\$53,00 de FPM per capita. Então, o FPM, que foi um fundo constituído para a equalização das diferenças regionais, tem servido para ampliá-las, ao contrário da sua ideia original.

Para que tenham ideia exatamente do que representam as dificuldades enfrentadas por esse conjunto de cem Municípios, mantidos os atuais níveis de desenvolvimento e de investimento da média nacional e desses Municípios que estão acima da média nacional, seriam necessários 102 anos, 102 anos para que esses Municípios tivessem a mesma condição socioeconômica da média do nosso País.

Então, o grande pleito que temos, neste momento, é que essa temática do G100, a exemplo do que já acontece no Executivo Federal, que passa a ser norteadora para diversas políticas públicas, possa também fazer parte de uma agenda nas Comissões, nos grupos de trabalho, em comissão especial, para poder tratar e analisar, quando for a votação dos temas da reforma do Pacto Federativo, para que fique consagrada a necessidade de corrigir essa distorção dessas grandes cidades que foram criadas no entorno das grandes metrópoles urbanas, que não têm um orçamento próprio, não têm receita líquida corrente própria e precisam, evidentemente, de um tratamento diferenciado das políticas públicas para poderem ter o atendimento dessas reivindicações.

Obrigado.



Prefeito Jonas Donizette (Campinas-SP) – Bom dia, Senhor Presidente, Renan Calheiros. Quero cumprimentá-lo, cumprimentar o Deputado Eduardo Cunha, cumprimentar todos os Parlamentares, Senadores e Deputados Federais, os amigos Prefeitos aqui presentes, agradecer ao Prefeito Marcio Lacerda, que tem nos liderado como Presidente da Frente Nacional dos Prefeitos, e colocar de forma bem concisa o pleito com relação ao ISS.

Senhor Presidente, foi colocada aqui a realidade dos Municípios, que é uma realidade orçamentária muito difícil.

Eu acrescentaria o seguinte: talvez os impostos municipais sejam aqueles mais difíceis de serem onerados, porque é ali onde vive o cidadão, onde ele mais precisa dos serviços e onde também a população recebe toda a carga tributária tanto do Município e do Estado quanto da União, i que já foi antes aqui nominado e eu não vou ser repetitivo. Mas a verdade é que é também muito difícil para o prefeito adicionar uma carga tributária ao cidadão maior do que aquele que ele já suporta.

Então, qual é o nosso pleito? O nosso pleito é uma atualização na Lei do ISS. Não estamos aqui pedindo a majoração de impostos. E essa lei também não vai retirar impostos de outras esferas, nem da esfera estadual, nem da esfera federal.

Existe, na Casa, o Projeto de Lei nº 366, de 2003, que já foi votado no Senado e agora se encontra, na Câmara dos Deputados, na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, aguardando parecer. Então, nosso pleito é que esse projeto possa ir para a pauta de votação, como disse aqui – e nos animou muito – o Presidente Eduardo Cunha, empenhando a sua palavra no sentido de que esses pleitos que estamos trazendo serão apreciados pelo Plenário. Isso, para nós, é de suma importância.

Agora, o destaque para essa legislação do ISS... A última lei em que as prefeituras têm se baseado data de 2003. Para se ter um comparativo, o Facebook não existia.

O Facebook foi fundado em 2004. Então, hoje existe uma gama muito grande de serviços, e a prefeitura não tem autorização legislativa para tributá-los. A atualização dessa lei do ISS vai ser de suma importância para que os Municípios possam fazer a atualização da Lei do ISS e ter uma receita, já no ano de 2016, que possa incrementar, que possa ajudar os Municípios a suportarem as suas despesas, que também, como foi dito aqui, estão cada vez mais crescentes.

Esse projeto já foi amplamente debatido. Ele não é o ideal que as prefeituras gostariam, mas se chegou a um bom denominador. E como, na política, o bom não pode ser inimigo do ótimo, acreditamos que esse projeto, indo à votação e sendo aprovado, dará às prefeituras, num período curto de tempo, essa condição de poder aumentar as suas receitas.

Então, o pleito que fazemos aqui, de forma objetiva, é que o PLP nº 366, de 2003, possa ser apreciado pelo Congresso Nacional. No caso, ele já foi votado no Senado e está na esfera da Câmara dos Deputados.

Muito obrigado, Senhor Presidente.



Prefeito Carlin Moura (Contagem-MG) – Senhores Presidentes, Senador Renan Calheiros, Deputado Eduardo Cunha, nosso presidente, Prefeito Márcio Lacerda, Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, Deputados e Deputadas, colegas prefeitos e prefeitas, o tema aqui diz respeito ao IPTU, que é o principal tributo do Município e que, na prática, a gente vem percebendo, nos últimos anos, para se ter uma ideia, no início dos anos 2000, o IPTU correspondia a aproximadamente 7% da receita corrente dos Municípios. Hoje em dia, isso corresponde a apenas 5%. E qual é o principal problema, Senhor Presidente? É justamente a atualização das plantas de valores em que incide a cobrança do imposto e do tributo IPTU.

Para nós, no Município, temos uma dificuldade muito grande ao proceder a essa atualização de planta.

Para o senhor ter uma ideia, lá no nosso Município de Contagem, no passado se estabeleceu uma isenção tributária do IPTU residencial e que prefeito algum ou prefeitura alguma consegue voltar com isso. Depois que você tira, para voltar é difícil. E a mesma coisa quando se vai atualizar a planta para efeito de cobrança.

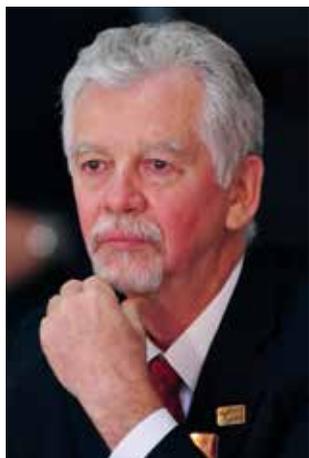
Nesse sentido, a Frente Nacional de Prefeitos está defendendo o projeto de lei complementar, aqui do Senado Federal, Projeto nº 277, de 2014, que determina que, entre as responsabilidades da Lei de Responsabilidade Fiscal, se faça a atualização da planta do IPTU de quatro em quatro anos e que esse seja um procedimento automático, possibilitando uma melhor tramitação disso no âmbito do Município.

Então, pedimos ao Congresso Nacional, ao Senado e à Câmara que a tramitação do Projeto nº 277, de 2014, para que essa atualização se dê de quatro em quatro anos e seja incluída entre as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal.

É isso aí. Agradeço muito a atenção do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Prefeito José Fortunati (Porto Alegre-RS) – Gostaria de saudar o Presidente do Congresso, Senador Renan Calheiros, o Presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha. Saudar os meus Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, meus prefeitos e prefeitas.

O que deve ficar muito claro entre todos nós é que a discussão do Pacto Federativo, de forma alguma, coloca para os prefeitos e prefeitas qualquer ojeriza ao assumir novas obrigações. Ao contrário; temos a clara convicção de que o cidadão mora no Município, vive no Município e é no Município que ele deve buscar o atendimento de suas demandas.



PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

O grande problema é que o aumento dos encargos que os Municípios vêm tendo, com obrigações cada vez maiores, não tem uma contrapartida de financiamento. Um exemplo claro já foi citado pelo Deputado Eduardo Cunha: o aumento do piso salarial do magistério. Quem paga a conta é o prefeito que está na ponta.

O mesmo acontece, falando ainda da área da educação, com o aumento de oito para nove anos no ensino fundamental e, posteriormente, a obrigatoriedade do atendimento da educação infantil. Ótimo! Excelente! Somos extremamente a favor porque é uma questão de cidadania. O grande problema é que a votação desses projetos, em momento algum, colocou para os Municípios o financiamento adequado.

O que desejamos, de uma forma muito clara, é que essa discussão possa ser estabelecida rapidamente.

O Presidente Eduardo Cunha já anunciou que está tratando da PEC nº 172, de 2012. É muito importante que isso aconteça do ponto de vista político-legislativo. Essa PEC vai nos dar, com toda certeza, garantias de que nenhum projeto mais seja aprovado pelo Congresso Nacional sem uma referência clara de financiamento.

Mas o pedido que eu gostaria de fazer, tanto ao Presidente Eduardo Cunha como ao Presidente Renan Calheiros, é do ponto de vista político-administrativo, porque sabemos que a PEC nº 172 tem uma tramitação, terá que ser analisada ainda pela Câmara dos Deputados, em dez sessões, irá à votação em dois turnos, na Câmara, depois, o mesmo procedimento no Senado Federal. Isso certamente vai levar muito tempo, o que é normal dentro da democracia legislativa.

Então, fazemos um pedido, que é político-administrativo, para que as duas Mesas analisem todos os projetos que causem impacto direto nas contas dos Municípios, quer

seja na criação de ônus ou na criação da retirada de impacto orçamentário através da isenção de tributos, e os retirem de pauta. Esta, obviamente, é uma posição política que pode ser adotada pelas duas Mesas para que, imediatamente, todos os projetos que não estejam devidamente consolidados, aumentando despesas ou retirando tributos dos Municípios sem a devida contraprestação de financiamento.

É o pedido que fazemos, Deputado Eduardo Cunha, Senador Renan Calheiros, para que, diante da grave crise que todos os Municípios atravessam, de uma angústia cada vez mais crescente que temos no atendimento da população, de que novos problemas, novos encargos não sejam dados aos Municípios sem uma contraprestação do financiamento de forma adequada.

Este é o pedido que faço, também, em nome de todos os Prefeitos e Prefeitas do nosso País.

Prefeito Geraldo Júlio (Recife-PE) – Presidente Renan Calheiros, Presidente Eduardo Cunha, vou pedir licença para falar de pé. Como sou pequenininho, se eu não falar de pé não vou ser visto.

Agradeço, inicialmente, esta oportunidade e elogio o Congresso Nacional, na pessoa dos dois Presidentes, por esta iniciativa de fazer esta excelente discussão.

Cumprimentar, também, o nosso Presidente, Prefeito Márcio Lacerda, cumprimentar todos os Parlamentares aqui presentes, em nome do Senador pernambucano Fernando Bezerra, companheiro do nosso partido, cumprimentar todos os Parlamentares aqui presentes e todos os Prefeitos também.

Cabe-me, aqui, Senhor Presidente, trazer um tema ligado à Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2015, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, que diz respeito a serem repassadas as emendas dos Senadores e dos Deputados diretamente através dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios, que o repasse possa acontecer carimbado para aquilo que foi aprovado no Orçamento pelo Senador ou pelo Deputado, mas que ele aconteça diretamente no repasse do FPE ou do FPM, livrando todo o processo burocrático de aprovação que normalmente dura um ano, um ano e meio e, muitas vezes, dois anos, sem prejuízo nenhum para a fiscalização, ou seja, que o controle e a fiscalização sejam mantidos, mas que o repasse de recurso aconteça a tempo para que aquela ação, que era importante quando o Senador ou Deputado entendeu que ela era importante para aquela região, no Estado ou no Município, possa acontecer no tempo certo.

Repito, não há nenhum prejuízo com relação à fiscalização e não há nenhum prejuízo com relação ao carimbo para o qual deve ser repassado aquele recurso. É para a construção de um hospital, é para a realização de uma obra, é para a realização de um projeto, fica carimbado, mas ali vai repassado ao FPE, vai repassado ao FPM, e o



PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

Governo Federal, através de todos os seus órgãos, pode fazer o controle e a fiscalização daquele recurso, que acontecerá no ano certo, isto é, no mesmo ano da vigência do Orçamento.

Presidente Renan, Presidente Eduardo Cunha, com a permissão do nosso Presidente Marcio Lacerda, queria chamar atenção dos Senhores Parlamentares e dos colegas Prefeitos para um tema de fundo. Estamos discutindo hoje, aqui, temas importantíssimos, a maioria dos quais já tramita aqui na Casa, mas o tema de fundo que precisamos discutir no Brasil – uma questão de interesse nacional – é reposicionarmos o Pacto Federativo brasileiro nas condições que ele foi estabelecido pela Constituição de 1988, pela qual, a cada R\$4,00 arrecadados pela União, R\$3,00 eram compartilhados com Estados e Municípios. Assim, o Governo Federal haveria de se preocupar com as questões nacionais e os governos estaduais haveriam de se preocupar com as questões do seu Estado e, por sua vez, os Municípios se preocupariam com as obrigações locais.

Ocorre que, ao longo do tempo, deixamos de ter compartilhados três de cada R\$4,00 e passamos a ter compartilhado somente R\$1,50 de cada R\$4,00, ficando todo esse recurso concentrado aqui em Brasília, nos cofres do Governo Federal, que mobiliza hoje, de maneira injusta, cerca de 50 mil trabalhadores, 50 mil pessoas, no Governo Federal, entre todos os seus órgãos, para descentralizar recursos para 5.500 Municípios brasileiros e para os 27 Estados.

Estamos falando de gastar cerca de R\$20 bilhões somente para descentralizar recursos daqui de Brasília para Estados e Municípios. É um custo que aumenta a carga tributária brasileira; é mais do que um FIES; é mais do que um ProUni; é mais do que muitos programas importantes que temos no Brasil. Esse é o custo somente dessa estrutura para descentralizar recurso de Brasília para os governos estaduais e para os Municípios.

O que queremos aqui é propor um pacto de longo prazo. Não é nada de hoje para amanhã. Mas o que perdemos, nos últimos 26 anos no País, de interesse nacional, com o Governo Federal mobilizando seus esforços para as questões nacionais e Estados e Municípios com as suas obrigações limitadas, queremos que retorne. Se não pode retornar de um dia para outro, que retorne nos próximos 12 anos, que retorne nos próximos 16 anos, mas que voltemos a ter os recursos compartilhados com Estados e Municípios e que o prefeito de uma pequena cidade não precise vir a Brasília para construir uma creche, um posto de saúde ou pra fazer uma pequena ação.

Isso está concentrando recursos, isso está aumentando a desigualdade. Não queremos tirar poder do Governo Federal. Essa proposta é uma proposta que não carrega nenhuma carga ideológica; é uma proposta apartidária; é uma proposta de interesse nacional. Os recursos ficam com quem tem a responsabilidade de fazer e que as leis exijam dos prefeitos e dos governadores que cumpram com suas responsabilidades, mas que os recursos fiquem lá e não estejam concentrados em Brasília, porque gastamos muito com os 50 mil servidores, cerca de R\$20 bilhões por ano, para fazer essa descentralização, e os pequenos Municípios são os mais penalizados, porque são aqueles que têm mais dificuldade de vir a Brasília e captar recursos.

É contra a burocracia, é a favor do Brasil, é interesse nacional e tenho certeza de que é interesse das três esferas de poder. Se não dá para fazer de um dia para o outro, vamos fazer em 12 anos, nos próximos três governos ou em 16 anos, nos próximos quatro governos, mas que, de cada R\$4,00 arrecadados pela União, R\$3,00 sejam compartilhados com Estados e Municípios.

Muito obrigado.



PEDRO FRANCA/AGÊNCIA SENADO

Senador José Serra – Presidente Renan, Presidente Eduardo Cunha, mais uma vez os cumprimentos pela iniciativa de convocar, de reunir em Brasília os prefeitos das maiores cidades brasileiras. Queria cumprimentar os prefeitos presentes.

Só uma observação inicial: hoje, vivemos uma situação de crise, com queda de receitas, com queda do PIB, com aumento do desemprego, com aumento da inflação; enfim, vivemos, de alguma maneira, em matéria de ajuste econômico, um momento pior, o pior dos mundos. Isso, naturalmente, se reflete nos Municípios, seja na demanda por serviços públicos, por um lado, e, por outro, na falta de recursos para poder manter, sem dizer ampliar, esses serviços,

Mas, muito objetivamente, toco aqui em alguns pontos que abrem caminho para que, pelo menos, a situação seja atenuada. O primeiro é em relação ao ISS, que é o principal imposto municipal. Creio que, hoje, praticamente se generalizou, no Brasil, uma prática, que, aliás, introduzimos em São Paulo, que foi a do ISS eletrônico, o que aumentou muito a eficiência e diminuiu a sonegação do sistema.

Não há muito que avançar mais nessa área, mas há três questões em relação ao ISS: primeira, guerra fiscal. O que acontece? A guerra fiscal entre Municípios, Presidente Renan, diminui o agregado da arrecadação do ISS. Já há projetos rolando no Congresso. Qual é a minha proposta? Que, se o Município vizinho cobra ISS de 1,5%, que o Município de origem possa cobrar a diferença. Por exemplo: há grandes bancos em São Paulo que instalam o leasing no Município vizinho, que não cobra nada. Em vez de pagar 5%, paga 1%. Muito bem! Que o Município grande possa cobrar a diferença. Essa é uma medida importantíssima – queria dizer ao Presidente Renan e ao Presidente Eduardo Cunha – que pode ser transformada em lei pelo Congresso. Tenho certeza de que terá apoio generalizado.

Outro ponto em relação ao ISS é a atualização da lista que também está rolando no Congresso. Se não me engano, já passou pelo Senado e está na Câmara, por exemplo, introduzindo itens, que não estão na lista, da área de informática, da área de softwares e mesmo em relação a alugueis. Portanto, essa questão da lista, Presidente Eduardo Cunha – e, se não me equivoco, está na Câmara –, é algo que poderemos imediatamente verificar e trabalhar em cima disso. Isso significa aumento de receita.

Há uma terceira questão que é proposta pela Confederação Nacional dos Municípios: a cobrança sobre leasing e cartão de crédito. Na verdade, há um equívoco aqui. Já é feita a cobrança sobre leasing e cartão de crédito, só que é feita na origem, na administradora. O que os prefeitos querem é no restaurante, digamos. Isso parece muito difícil de ser feito, mas o que poderia, sim, se fazer é arrecadar com base no combate à guerra fiscal, porque essas administradoras vão para o Município vizinho e pegam o ISS baixinho. Isso cai no capítulo da guerra fiscal.

São três medidas importantes para efeito de aumentar a arrecadação já neste ano. A menos que haja – não estou atualizado – questões de anualidade, mas, de todo modo, seria a partir de janeiro do ano que vem de qualquer maneira.

Outro aspecto que recolhe muitas das ansiedades e reclamações é a PEC do Deputado Mendonça, que proíbe a criação de programas e iniciativas que gerem despesas tanto para Estados quanto para Municípios. É preciso olhar direito essa PEC, porque não é de trivial implantação. Sei lá, se a União construir um viaduto numa cidade, não tem cabimento, depois, querer que ela pague o serviço de lixo do viaduto.

Mas, muito claramente, há, no caso do piso salarial... Quais são as duas coisas que mais incomodaram? O piso salarial dos professores – e não porque não seja justo, mas quem paga a conta é o outro, ou seja, se é herói com o chapéu alheio, faz-se generosidade com o chapéu alheio, no caso, o dos Estados e Municípios. Segundo, a hora-atividade. O Governo fixou um piso de 25% de hora-atividade, ou seja, hora que o professor não dá aula. Se tem 40 horas, por 10 horas ele não dá aulas; dedica-se à preparação. Isso implicou contratar mais professores para Estados e Municípios pelo Brasil afora. É preciso parar com esse tipo de procedimento. Isso envolve uma PEC e envolve também alguma coisa mais direta, que seria uma proibição explícita de se criar pisos de qualquer coisa que envolva desembolso para os Municípios, a menos que o recurso esteja rigorosamente previsto. Mas essa é uma medida, digamos, defensiva.

A outra questão é dessa natureza; é em relação aos repasses. Por exemplo, UPA, que é até um programa trivial. A UPA não é a salvação da lavoura médica nem nada parecido. Mas o Governo Federal vem oferecendo o prédio e o custeio, 80% por conta dos Municípios, dos Prefeitos, que não têm dinheiro para manter.

No PSF (Programa de Saúde da Família), caiu muito a participação. Eu me lembro de quando estava no Ministério para agora. Caiu a contribuição federal! Aquele tal programa de ambulâncias, o Samu, é a mesma coisa.

Portanto, eu vejo com muita simpatia uma proposta feita aqui pela Confederação dos Municípios – tem que ver como redige isso – no sentido de que as contribuições federais sejam indexadas ao INPC, que não se possa simplesmente chegar e encolher, que é o que está acontecendo hoje na saúde.

O que está acontecendo? A saúde está numa péssima situação, e os sacos de pancada são os Prefeitos, porque são as autoridades mais próximas. Alguém tem que ter a culpa. Logo, se há o prefeito, o Governador e o Presidente da República, quem está próximo? O Prefeito.

Vocês vão a São Paulo e observem o percentual de “ruim” e “péssimo” de prefeitos bons. Está elevadíssimo! E por quê? Por causa da saúde! E a Prefeitura, às vezes, está gastando 30%. Mas o que aconteceu? Houve o encolhimento, principalmente, da esfera federal. Não preciso lembrar que, em 2002, o Governo Federal entrava com 53% do dinheiro da saúde e, hoje, entra com 42% ou 43%.

Essas questões são vitais. Como eu disse, são defensivas, mas nem por isso menos importantes.

Em penúltimo, a questão dos transportes urbanos. Está se negociando com o Governo, Presidente Renan, Presidente Eduardo Cunha, a questão do fim das desonerações. Eu proporia: se uma desoneração for mantida, que seja a de transportes urbanos, porque isso pega direto nos Municípios e pega direto nos usuários também. Eu não estou participando dessa negociação, mas, se houver uma negociação com o Governo Federal no sentido de permanecerem algumas desonerações, que seja, entre elas, ou se for a única, a de transportes, como disse aqui o Prefeito Eduardo Paes. Se não me equivoco, ele fez essa observação.

Por último, há uma questão que não tem implicações de curto prazo, mas que eu acho que tem que ser objeto de preocupação dos Estados e dos Municípios: as grandes obras federais. Acabou-se de anunciar uma ferrovia – eu acho que é Bioceânica, ou alguma coisa do gênero – que vai levar para o Peru. Não tem pé nem cabeça do ponto de vista de nenhuma prioridade! Custa R\$40 bilhões! Vamos pedir um programa que seja equivalente para transportes urbanos, porque essa é uma questão mais crítica, talvez, nas grandes cidades. Ou seja, isso é macroprioridade, mas entra no Plano Plurianual. Então, temos que trabalhar o Plano Plurianual, que o Congresso vai votar neste ano, para que substitua esses projetos.

Na verdade, são megalômanos, mas não são nem para fazer. Isso é só para criar aquela sensação de que há coisa grande etc., mas não têm viabilidade econômica nenhuma. Que os substituamos por um grande programa, um macroprograma de transportes urbanos, de investimentos nessa área. É uma coisa mais de médio e longo prazo, mas o médio e o longo prazo são feitos de curtos prazos. Temos que entrar nessas questões agora.

São essas as observações, Presidente Renan. Daria pano para muita manga e muitas extensões. Eu quis apenas dar um panorama, porque, de fato, o que pode trazer receita é a mexida no ISS, fora questões como Compreprev, Lei Kandir, o que se vai fazer com o Pasep etc., que são também questões que envolvem Estados e envolvem diretamente Municípios.

Só para lembrar: o Compreprev tem a ver com compensações previdenciárias. O sujeito recolheu para o INSS, depois faz um concurso, vira funcionário da prefeitura. A prefeitura paga a aposentadoria dele, mas não é ressarcida pelo INSS que ele pagou. Portanto, o que acontece? O que a Previdência faz? Ela segura o reconhecimento anos e anos.

No mínimo, Senador Tasso, temos que fazer um projeto dando um prazo – ou a Previdência reconhece, ou está automaticamente reconhecido. E pensar também nas formas de ressarcimento dos montantes que estão aí devidos.

Da mesma maneira que a Lei Kandir. A Lei Kandir acabou, mas há uma emenda constitucional que estabeleceu a obrigação – está nas Disposições Transitórias – do ressarcimento, só que falta a lei complementar. Então, temos que fazer no Congresso. Está em nossas mãos! É um problema de trabalhar e fazer uma coisa racional, nada louco, nada que seja para botar para quebrar, mas algo que seja substancial do ponto de vista das demandas de Estados e Municípios, porque, na verdade, os serviços básicos para a população vêm daí.

Há, inclusive, um dado, que, em geral, não é levado em consideração, segundo o qual o investimento governamental no Brasil – não sei se vocês sabem –, mais de dois terços dele, é feito por Estados e Municípios, não pelo Governo Federal. Então, a falta de recursos, inclusive, derruba os investimentos nas áreas que são mais essenciais para o padrão de vida da sofrida população das grandes cidades.

Era isso, meus Presidentes, muito obrigado.

Estamos à disposição para podermos costurar e trabalhar melhor essas ideias, seja individualmente, seja no âmbito das nossas comissões do Pacto, na Câmara e no Senado.

Muito obrigado.



Prefeito Jairo Jorge da Silva (Canoas-RS) – Prezado Senador Renan Calheiros, Presidente do Congresso e Presidente do Senado, caro Deputado Eduardo Cunha, Presidente da Câmara Federal. Em primeiro lugar, agradeço por esta iniciativa inédita dos senhores de diálogo com os prefeitos e prefeitas. Queria saudar todos os Senadores na pessoa da Senadora Ana Amélia, minha querida Senadora pelo Rio Grande do Sul, e, em nome do nosso querido amigo Deputado Paulo Teixeira, todos os Deputados e Deputadas.

Presidente Renan e Presidente Eduardo, queremos, no Pacto Federativo, ampliar o diálogo com o Governo Federal, com os Estados e com os Municípios. Para isso, já temos o Comitê de Articulação Federativa, já existe esse

comitê, mas é preciso normatizá-lo, é preciso instituí-lo.

Registro que já tramitou na Câmara Federal – está agora no Senado – o PLC nº 135, de 2011, que disciplina, que institui, que organiza este Comitê de Articulação Federativa (CAF). No CAF, está lá a Frente Nacional de Prefeitos, com o nosso Prefeito Marcio Lacerda, mas também a Confederação Nacional de Municípios e a Associação Brasileira de Municípios. É uma mesa de debate, de discussão dos prefeitos com o Governo Federal.

Então, pedimos aqui, em nome dos prefeitos, ao Senado, que está agora para designar o relator na Comissão de Constituição e Justiça, que possa dar celeridade ao PLC nº 135, de 2011.

O segundo tema é a questão do Conselho de Gestão Fiscal. O Conselho de Gestão Fiscal foi criado, está lá identificado, na Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei Complementar nº 101. Vejam que este Conselho de Gestão Fiscal ainda não foi também disciplinado, e estamos aqui pedindo celeridade para o PLS nº 424, de 2013 – portanto, um projeto aqui do Senado Federal, que dispõe sobre a comissão, a composição e a forma de funcionamento desse Conselho de Gestão Fiscal –, que está no Senado também aguardando a designação do relator na Comissão de Constituição e Justiça.

Então, esses dois aspectos estão no Senado, querido Presidente, Renan Calheiros, e queríamos pedir celeridade, tanto na questão do CAF, como também no Conselho de Gestão Fiscal.

Por último, pedimos aqui o apoio dos Senadores e dos Deputados para a ideia de uma Mesa Federativa Plena. Entendemos que governadores, prefeitos, governadoras, prefeitas precisam sentar com a Presidenta da República, para que possamos discutir temas comuns. Citamos aqui a crise hídrica, o tema da mobilidade e queremos constituir essa mesa permanente. Isso é muito importante em pactuação, e quero encerrar falando nisso, para que possamos avançar na repactuação, numa reforma, num novo Pacto Federativo.

Em 1885, ou seja, 130 anos atrás, ainda no tempo do Império, o Governo central tinha 77% da carga tributária; as Províncias, 18%; e as cidades, os Municípios, 5%. Passados 130 anos, hoje, o Governo Federal tem 57%; os Estados, 24%; e os Municípios, 18%. Estamos propondo um novo pacto: 40% para a União, 30% para os Estados e 30% para os Municípios. Isso se dará, como bem disse o prefeito de Recife, num período longo, mas é preciso começar esse debate e é exatamente o que queremos construir, a partir da Mesa Federativa Plena, a partir do CAF, e a partir do Conselho de Gestão Fiscal.

Então, Presidente Renan, Presidente Eduardo, são essas as propostas que estamos encaminhando aos senhores.



Muito obrigado.

Prefeito Arthur Virgilio (Manaus-AM) – Muito obrigado, Presidente Renan. E, ao mesmo tempo, apresento as minhas saudações a V. Ex^a, Presidente Eduardo Cunha, louvando esta iniciativa, que é da maior felicidade e, com certeza, vem ao encontro da necessidade dos Prefeitos e dos Governadores deste País.

Percebi muita lucidez na estratégia do Presidente da Federação Nacional de Prefeitos, Prefeito Márcio Lacerda, de procurar concatenar com V. Ex^a, com o Presidente Eduardo Cunha, as possibilidades de aprovação de projetos que comecem e terminem no Legislativo. Isso

significa um gesto de independência do Parlamento e significa um gesto de lucidez política de V. Ex^a, Presidente Renan; do Presidente Eduardo Cunha e do Presidente da Federação Nacional de Prefeitos, Presidente Márcio Lacerda.

A grande verdade é que estamos diante de um impasse: a matéria de que me incumbiram sobre ela discorrer, os empréstimos externos, é a única que ultrapassa os limites de decisão do Legislativo – é a única.

O Governo Federal alega que conceder empréstimos externos agora – ele que, ao mesmo tempo, está procurando para si empréstimos externos – impactaria os superávits primários. Se é assim, eu contra-argumentaria dizendo que o Ministro Levy confia em que há uma reação a partir do segundo semestre e confia que há uma retomada de crescimento econômico.

Desejo muito isso, não sou irresponsável, procuro ser um bom brasileiro, governo uma cidade que tem problemas e que necessita muito de paz nesse País, necessita muito de crescimento econômico para ela própria enfrentar os seus inúmeros problemas. E, lá sofremos duas vezes: nosso polo industrial, que sustenta em 79% a economia do Estado, vende para o Brasil e o cliente, Brasil, está comprando menos, e tende a comprar cada vez menos do Polo Industrial de Manaus com o aprofundamento da crise.

O Ministro Levy confia piamente na retomada do crescimento econômico a partir do seu ajuste dolorido, mas acredita na retomada do crescimento econômico a partir de 2016.

Se for assim, seriam aprovados os empréstimos externos, premiando as cidades e os Estados que cuidaram da saúde financeira, da saúde econômica deles próprios, e que, portanto, merecem receber empréstimos com juros baixos, com carência para pagar, como prêmio por terem sido responsáveis em lidar com a situação econômico-financeira. Assim, os empréstimos seriam liberados para efetivos gastos a partir do momento em que recomeçasse o crescimento econômico brasileiro – portanto, segundo o Ministro Levy, a partir de 2016.

Há algo que escapa ao meu raciocínio, que pode não ser o de maior alcance. Estão emperrando também a análise inicial. Os projetos de Manaus, por exemplo, estão todos na fase final. Os projetos de solicitação de empréstimos externos de outros Municípios e de outros Estados estão sendo barrados na fase inicial. Isso eu não consigo entender, a menos que persista o pessimismo na área econômica, do tipo “eu, área econômica, não acredito que a crise acabe tão cedo”. Mas não vejo mal nenhum em se permitir que avancem os projetos até chegarem ao momento em que poderão ser deliberados pelo Senado. E olha que o compromisso que proponho é que, no momento em que a economia voltar a crescer – e esse é um compromisso do Ministro Levy, e eu falo dele porque confio nele, inclusive, tenho uma ótima impressão da pessoa pública que ele é, que ele tem sido –, a partir do momento em que a economia cresça, e esse momento anunciado por ele, e por isso tanto sacrifício ele exige da Nação, esse momento seria 2016.

Muito bem. Senador Renan Calheiros, Presidente Eduardo Cunha, peço a V. Exas que liderem uma pressão democrática nesse sentido. No meu caso – e não tenho como deixar de falar do meu caso específico, pode ser que haja alguma situação lamentavelmente semelhante –, a minha cidade sofre um cerco econômico cruel por parte do Governo Federal. Punem um povo que me elegeu com quase 70% dos votos – vamos ser bem claros – pelo simples fato de eu ter sido, durante oito anos, Líder da oposição ao Presidente anterior, ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. E mais: se o meu currículo político influenciar na concessão de empréstimos, na concessão de verbas federais, que não vão para a minha cidade, então eu posso me desiludir desde já, porque eu não vou mudar a minha personalidade, não vou ceder um milímetro na minha coerência, não vou, em nenhum momento, perder um pinga que seja da minha altivez. Não vou!

Eu entendo que o dinheiro público... Olhem as coisas complicadas que acontecem no Brasil. É a mistura entre o público e o privado. Alguém que acha que pode dizer “para o inimigo, eu não concedo nada; para o amigo, eu concedo tudo”, alguém que raciocina nesses termos acaba cometendo os deslizos que hoje ameaçam desestabilizar politicamente este País.

Portanto, eu deixo bem claro: eu exijo, em relação a Manaus, respeito e um comportamento efetivamente republicano por parte da Senhora Presidente da República, por parte dos seus Ministros, por parte de quem compõe este Governo. Eu me sinto punido – eu não, mas o meu povo – pela atuação inflexível que eu tive de Líder de oposição, cumprindo o meu dever. As urnas me mandaram fazer oposição e eu fiz oposição. As urnas não me mandaram aderir, e eu não aderi. Eu cuidei da minha coerência.

Mas não falo mais de mim, falo dos prefeitos como um todo. Precisamos, sim – aqueles que têm capacidade de endividamentos –, de recorrer a empréstimos externos, tanto quanto o Governo brasileiro está procurando, ele próprio, recorrer, para ele, a empréstimos internacionais. É uma forma, inclusive, de movimentarmos a economia, garantirmos empregos, gerarmos emprego e podermos, por essa via, até ajudar o Ministro Levy a cumprir o seu desejo de ver o País crescendo já a partir de 2016. Os juros são baixos, o prazo de pagamento é longo, temos carência para pagar. Portanto, é um dinheiro que, ao meu ver, interessa e muito para que se possa manter este País com o aspecto de um país que não parou, com o aspecto de um país que quer avançar.

Muito obrigado, Senhor Presidente Márcio Lacerda, Presidente Renan Calheiros, Presidente Eduardo Cunha, Senhoras e Senhores Prefeitos, Senhoras e Senhores Senadores e Deputados.

Muito obrigado.

Senador Fernando Bezerra Coelho, relator da Comissão Especial de Aperfeiçoamento do Pacto Federativo do Senado Federal – Meu caro Presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal, Senador Renan Calheiros;



PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

Presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha, cumprimento todos os Prefeitos da Frente Nacional de Prefeitos, através do meu amigo Prefeito da Cidade de Belo Horizonte, Presidente da Frente, companheiro Márcio Lacerda. Cumprimento os prefeitos que aqui representam a Confederação Nacional dos Municípios na pessoa do meu amigo Prefeito de Pernambuco, de Afogados da Ingazeira, Presidente da AMUP, Patriota. Senhores Senadores, que todos se sintam cumprimentados na saudação que faço ao Presidente da Comissão Especial do Pacto Federativo, Senador Walter Pinheiro.

Inicialmente, registro com satisfação a presença maciça e expressiva dos principais prefeitos das cidades brasileiras, cumprimento o Prefeito Márcio Lacerda por essa mobilização, mostrando, portanto, o protagonismo do Congresso Nacional, em particular do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, na oportunidade em que registro a iniciativa do Senador Renan Calheiros, que coloca como prioridade a audiência à sociedade civil brasileira e aos gestores públicos neste momento de grave crise econômica e de grave crise fiscal.

Quero apenas, na minha fala, registrar a orientação de urgência que foi dada pelo Senador Renan Calheiros aos trabalhos da Comissão Especial no Senado Federal. Não estamos aqui para realizar audiências públicas; já recebemos as demandas, os Governadores e os Prefeitos do Brasil já estiveram aqui, uns em marcha e outros em audiência, e todos já entregaram pautas de reivindicação. Essas pautas contemplam demandas de aproximadamente 50 proposituras, boa parte delas com iniciativas legislativas, ora tramitando na Câmara – aproveito a oportunidade para cumprimentar os Deputados Danilo Fortes e André Moura que representam a Comissão Especial da Câmara – ora iniciativas que tramitam no Senado Federal. Então, Senhores Prefeitos, hoje, no Senado Federal, temos uma reunião da Comissão Especial.

Foram designados três Relatores setoriais para me ajudar nessa tarefa, ao lado do Presidente, Senador Walter Pinheiro: o Senador Antonio Anastasia se incumbiu de fazer o relatório e as sugestões em relação às demandas que contemplam a organização administrativa e os serviços públicos; a Senadora Ana Amélia, aquelas que contemplam as receitas municipais; e a Senadora Lúcia Vânia, as matérias que contemplam as receitas estaduais.

Hoje à tarde, vamos escolher para levar para a pauta do Senado Federal, para pauta de deliberação de votação em Plenário, todas as demandas que não impliquem impacto fiscal. E temos muitas. Só para dar um exemplo da Frente Nacional de Prefeitos, que foi colocada pelo Presidente Márcio Lacerda, das 17 demandas, 12 não significam impacto fiscal e, portanto, serão priorizadas ao lado das demandas da Confederação Nacional dos Municípios para que hoje possamos deliberar na Comissão Especial do Senado e recomendar ao Presidente do Senado a inclusão imediata na pauta de deliberação do Plenário.

Hoje também vamos nos manifestar sobre as demandas que consideraremos que não são factíveis de serem atendidas. Portanto, a Comissão terá a responsabilidade de, ouvindo as consultorias legislativas, as consultorias técnicas do Congresso Nacional, de também firmar posição sobre demandas e propostas que, na nossa perspectiva, não têm chance de prosperar.

E vamos também, finalmente, deliberar sobre as matérias que podem ser votadas até 17 de julho, como foi o pedido do Presidente Renan Calheiros e do Presidente Eduardo Cunha. Vamos indicar as matérias que deverão merecer maior debate para formação de consenso e de entendimento não só no âmbito do Congresso Nacional, mas também, e evidente, na audiência que faremos ao Governo Federal, para que possamos criar um ambiente de entendimento para que as matérias sejam votadas e aprovadas, no mais tardar, até o mês de setembro.

Portanto, Senhor Presidente, quero concluir as minhas observações dizendo que a missão que V. Ex^a confiou à Comissão Especial do Pacto Federativo vai cumprir com essa delegação de trabalhar de forma expressa e com o sentimento da urgência que o momento requer.

Se for importante aprovarmos aqui o ajuste fiscal para viabilizar a governabilidade do Governo da União, não é menos importante atender às demandas que possam viabilizar as condições mínimas de administração dos gestores públicos municipais e estaduais.

Saiam deste encontro com a certeza de que o Senado Federal vai responder à altura do momento histórico que estamos vivendo.

Muito obrigado, Senhor Presidente.



PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

Prefeito Antônio Carlos Magalhães Neto (Salvador-BA) – Presidente Renan Calheiros, na pessoa de V. Ex^a, cumprimento todos os Senadores aqui presentes; Presidente Eduardo Cunha, na pessoa de quem saúdo todos os Deputados Federais e Deputadas Federais. Quero abraçar o Presidente da Frente Nacional dos Prefeitos, o nosso Coordenador Márcio Lacerda, e, na pessoa dele, saudar todos os prefeitos aqui presentes.

Esta, definitivamente, não é o primeiro encontro de prefeitos no Congresso Nacional. Já tivemos outras oportunidades em que fomos recebidos tanto pelo Presidente Renan Calheiros como também pelo Presidente da Câmara, não o Presidente Eduardo Cunha, porque assumiu o mandato agora no início de 2015. Porém, percebo uma diferença muito clara entre este encontro e os que aconteceram até então.

Vemos que o clima do Poder Legislativo, a postura do Congresso Nacional hoje é outra. E posso dizer isso com tranquilidade porque, em dez anos de exercício na Câmara Federal, aprendi a conhecer de perto esta Casa. Temos outros prefeitos aqui que também foram Parlamentares. Qual é a diferença essencial que nos faz ter esperança de que agora essa pauta, de fato, vai avançar? É que vemos no Congresso uma postura de independência. Vemos um Congresso pautado e pautando os temas de interesse do País. Sabemos que é inevitável que o Poder Executivo, de alguma forma, acaba influenciando na pauta do Legislativo. Porém, em nenhum outro momento na história recente da política brasileira, tivemos um Presidente do Senado e um

Presidente da Câmara tão sensíveis à pauta do País, abrindo espaço para que a pauta efetivamente pudesse ser debatida. E é por isso que, neste momento, reforçamos o nosso ânimo e as nossas esperanças de que haverá um desdobramento concreto e que poderemos dar passos largos no sentido de incorporar as necessidades dos Municípios brasileiros.

Percebo, Presidente Renan e Presidente Eduardo, que depois de tantas manifestações, de alguma forma, os principais temas foram expostos, e podemos identificar que existem aspirações em longo prazo e aspirações em curto prazo.

É claro que a aspiração maior talvez aqui tenha sido traduzida pelo Prefeito do Recife, Geraldo Julio: uma revisão completa do Pacto Federativo, que nos permita identificar quais são as atribuições, as responsabilidades e as competências de cada um dos entes federados e, é claro, prover esses entes federados das condições, dos recursos orçamentários para atender os serviços e as suas obrigações.

Essa é a aspiração em longo prazo. E essa aspiração precisa se transformar em um pacto nacional, que só vai adiante se dele participar o Governo Federal. Se não houver disposição concreta do Governo Federal de participar desse debate e construir um pacto nacional pela revisão do Pacto Federativo, não avançaremos.

É preciso reconhecer como é a dinâmica de vida. Mas é claro que, na medida em assume o protagonismo desse debate, o Poder Legislativo pode, sim, tornar inevitável o envolvimento do Poder Executivo. Agora, para chegarmos ao longo prazo, primeiro precisamos sobreviver. E aqui existem muito prefeitos que estão trabalhando pela manhã, tarde e noite para sobreviver, especialmente no ano de 2015, já que estamos todos afetados na nossa arrecadação. Imagino que esse é um fenômeno nacional.

Pouquíssimas prefeituras estão conseguindo cumprir aquilo que foi previsto na lei orçamentária aprovada em 2014 para ter aplicação em 2015. Então, a frustração de receita alcança o Brasil inteiro, e, por outro lado, a demanda pelas prefeituras aumentou. Por quê? Porque aumenta o desemprego, diminui o poder aquisitivo das pessoas, e à porta que as pessoas batem primeiramente é a porta das prefeituras. Talvez essa realidade seja mais dramática no interior, nas pequenas cidades, mas as capitais não estão imunes a isso.

Então, estamos falando da necessidade de adotarmos medidas em curto prazo para garantir que os Municípios possam sobreviver e ultrapassar esse rubicão.

Ponto, de maneira telegráfica, para mim, quais são os quatro elementos mais importantes dessa pauta. Tudo tem relevância, mas eu gostaria de pontuar os quatro elementos mais importantes:

- A necessidade da discussão e decisão imediata sobre os precatórios, aqui já defendido e exposto pelo Prefeito Fernando Haddad;
- A necessidade de lutarmos pela regulamentação da renegociação das dívidas dos Municípios, tema muito bem exposto pelo Deputado Eduardo Paes;

- A aprovação imediata, célere da PEC 172. E aí peço ao Presidente, que tem muita liderança na Câmara dos Deputados, que mobilize os Líderes partidários para indicar imediatamente os membros da Comissão Especial que vai avaliar a PEC 172. Não dá para Brasília legislar sobre temas que vão trazer impacto orçamentário expressivo para os Municípios sem que as fontes sejam apontadas, não dá mais! Por isso, fazemos um apelo pela aprovação da PEC 172, do Deputado Mendonça Filho, Líder do meu partido;
- Finalmente, o quarto ponto, que considero essencial, imprescindível dessa pauta, é o financiamento da saúde, que vai ser explanado pelo Prefeito Renildo Calheiros, mas hoje há Município no Brasil comprometendo mais de 30% do seu orçamento com a saúde.

Digo, de antemão, que não me filio à defesa da criação de imposto, mas acho que o Congresso Nacional precisa aprovar um dispositivo na Lei Orçamentária da União que garanta uma revisão anual da tabela do SUS e garanta que o Governo Federal esteja obrigado a transferir os recursos que são fruto de determinação legal. Eu dou um exemplo: as UPAs hoje estão funcionando, mas muitas delas não estão nem habilitadas nem qualificadas, o que é obrigação do Governo Federal fazer. E, em minha opinião, isso deve se transformar em um mandamento legal aprovado pelo Congresso Nacional.

Encerro, agradecendo mais uma vez a acolhida dos dois Presidentes, dizendo que temos hoje a esperança renovada de que essa pauta possa avançar e que o diálogo seja mais próximo, porque, no fundo, o que está em discussão aqui hoje é o bem-estar e a condição de vida do cidadão brasileiro, que vive nos mais de cinco mil Municípios que compõem o nosso País.



Prefeito Glademir Aroldi (Saldanha Marinho-RS), primeiro vice-presidente da Confederação Nacional dos Municípios – Saúdo o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros; o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Cunha. Em nome do Movimento Municipalista Brasileiro, em nome do Presidente Paulo Ziulkoski, em nome dos presidentes das estaduais, quero me dirigir a todos os prefeitos e prefeitas que nos acompanham neste momento.

Presidente Renan, Presidente Eduardo, a nossa marcha teve como tema principal o pacto federativo, que, durante anos discutimos aqui nestas Casas e aparentemente só agora, com esse momento político vivenciado no Brasil, temos as condições reais de avançarmos nessas propostas,

promovendo o equilíbrio entre os entes federados: União, Estados e Municípios.

Essa última marcha, Presidente Renan, na qual a sua presença e a presença do Presidente Eduardo Cunha nos honrou muito, foi a maior de todas já realizadas. Contou com mais de oito mil agentes municipalistas, três mil e quinhentos prefeitos, dois mil vereadores e a maior participação do Congresso Nacional e de governadores.

Entendemos, Senhor Presidente, que essas duas Comissões, criadas respectivamente pelas duas Casas, são resultado de uma longa construção do movimento municipalista, consolidado na marcha. Destacamos aqui o trabalho de todas as entidades estaduais e microrregionais, que realizaram encontros com suas bancadas e uma série de outras reuniões com Parlamentares aqui presentes juntamente com a CNM.

Cumprimento também, Senhor Presidente, o nosso amigo e Presidente da Frente Nacional de Prefeitos e integrantes da nossa CNM, o Prefeito de Belo Horizonte, o nosso amigo Márcio Lacerda, que muito nos honrou com a sua presença na marcha. E mais: assumiu os pleitos aqui defendidos como bandeiras da instituição que ele preside.

Afirmo, com muita tranquilidade que o movimento municipalista se encontra unificado, e aqui, neste evento, representamos todos os 5.568 pequenos, médios e grandes Municípios brasileiros.

Cabe salientar nesse sentido que 65% da população brasileira vive em Municípios com menos de 350 mil habitantes. E há, neste momento, migração dessa população para os centros maiores, e isso podemos, com ações, com a reforma do Pacto Federativo, começar a evitar.

Concluo, Senhores Senadores e Senhores Deputados, enfatizando algumas pautas mais importantes para a Federação brasileira, já encaminhadas às duas Comissões: regulamentação do ISS, principalmente no que tange à construção civil, leasing e cartões de crédito, que aperfeiçoará o modelo de arrecadação gerando recursos na ordem de mais de R\$6 bilhões para os nossos Municípios. Também a complementação do que exceder dos 60% constitucionais, investindo no pagamento dos profissionais da área da educação, para que os prefeitos e as prefeitas possam honrar o piso do magistério. A partilha das contribuições também é tema importante, porque, desde 88, o Governo Federal vem criando para si, sem compartilhar com os Estados e Municípios, o que já foi salientado neste evento, registrado neste encontro.

Além disso, Senhor Presidente, ressalto a urgência da atualização de todos os programas do Governo Federal, no mínimo, pela inflação. Ressalto ainda o impedimento da criação de despesas aos Municípios sem previsão de receita e o reconhecimento da legitimidade dos Municípios para ingressarem com ação direta de inconstitucionalidade.

Esses pleitos, uma vez aprovados, Presidente Renan, Presidente Eduardo, com certeza resgataram o caráter republicano e a autonomia dos entes federados consagrados na nossa Constituição Federal.

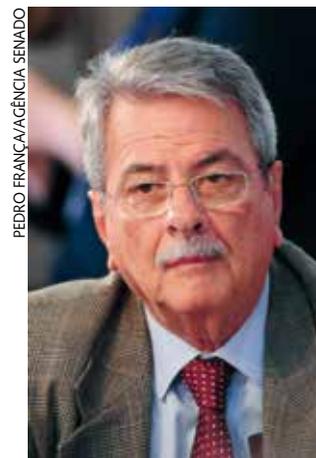
Termino esta breve intervenção parabenizando pela iniciativa e dizendo que a sociedade tem, sim, grande expectativa nos trabalhos do Congresso Nacional, principalmente acerca daqueles compromissos firmados na 18ª Marcha a Brasília em defesa dos Municípios.

Muito obrigado.

Contem com a Confederação! Contem com os Presidentes das estaduais!

Queremos estar efetivamente juntos, construindo este novo Pacto Federativo, que possa – é o objetivo, como já foi dito aqui – única e exclusivamente melhorar a qualidade de vida da população que vive nos Municípios brasileiros.

Muito obrigado.



Prefeito Antônio Carlos Pannunzio (Sorocaba-SP) –
Muito obrigado.

Senhores Senadores, Senhores Deputados, quero cumprimentá-los nas pessoas do Presidente Renan Calheiros e do Presidente Eduardo Cunha.

Antes mesmo de colocar aqui o nosso pleito, Presidente, dou um testemunho de quem viveu 16 anos no Congresso Nacional. Nunca tivemos um momento em que as duas Casas Congressuais fossem tão protagonizadas como estão sendo agora. Cumprimento V. Ex^{as} e cumprimento os nossos representantes do povo e dos Estados aqui nas Casas do Congresso.

Caríssimo Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, caríssimos companheiros. Vou falar muito brevemente, até porque precisamos de uma ação emergencial e decisiva. Fala-se na questão da mobilidade urbana, e, na mobilidade urbana, entra inquestionavelmente o transporte coletivo nas cidades de médio e grande porte, já que é um serviço público essencial. E hoje, da forma como as coisas estão – crise, desemprego –, cada vez mais, as pessoas precisam do transporte coletivo. E, por isso mesmo, os Municípios têm aprovado legislação, dando condições especiais de transportes para aqueles que mais precisam, promovendo a integração necessária, promovendo a acessibilidade daqueles que têm necessidade de recursos especiais para se movimentarem, mas tudo isso tem exigido muito dos Municípios.

Permito-me aqui, meu caro Presidente, mencionar um exemplo: a minha cidade de Sorocaba é uma das grandes cidades deste País. Estamos colocando hoje entre 2% a 2,5% do orçamento do Município para subsidiar o transporte coletivo, e não acho que estejamos errados. Provavelmente, outras cidades estão colocando o mesmo tanto ou até mais, porque é a única forma de viabilizar o direito constitucional de ir e vir da nossa população.

Assim, peço encarecidamente, representando aqui a todos os prefeitos aqui presentes, que o projeto de lei do Reitup – que nasceu na Câmara, foi para o Senado, teve alteração e voltou para a Câmara – seja votado com urgência. Precisamos que ele venha a produzir efeitos ainda, se possível, este ano. É fundamental que isso aconteça, para que possamos desonerar as folhas de pagamento das empresas concessionárias de transporte coletivo.

A outra motivação que me traz aqui, caríssimos Presidentes, caríssimos Senadores e Deputados, é a questão da não oneração novamente do transporte. Temos o projeto de lei do Executivo. Eu sei que as conversações estão em andamento, mas precisamos que a alíquota que incide sobre a folha não saia do mínimo de 2%; que não vá, de forma

alguma, a 4,5%; que não vá nem mesmo a 2,5%; que fique no mínimo possível. Essa é a única forma de garantirmos a continuidade desse serviço público essencial.

Obrigado a todos. E confiamos no Congresso Nacional, confiamos nos nossos Deputados e Senadores, para que essas coisas possam acontecer com a urgência necessária.

Obrigado.



PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

Prefeito Vladimir Azevedo (Divinópolis-MG) – Caro Presidente Renan Calheiros, caro Presidente Eduardo Cunha, colegas prefeitos, prefeitas, cumprimento todos na pessoa do nosso Presidente, Prefeito Márcio Lacerda. Cumprimentar todos os presentes, Senadores, Deputados, neste momento histórico que vivemos, do municipalismo brasileiro, que já foi muito bem relatado aqui.

Nós, que vivemos na vida pública e, em especial, na gestão pública municipal há muitos anos, vemos o agravamento do problema e vemos que a questão do Pacto Federativo, caro Presidente Renan, já é uma bandeira tão antiga que alguns já perderam a esperança. Alguns entendem que é uma luta “donquixoteana”, e alguns, como nós que estamos aqui, acreditamos que é uma Federação, e uma

renovação da Federação se faz é dessa maneira. E, neste momento tão importante em que o Congresso assume o protagonismo da agenda política brasileira, temos a oportunidade – e já foi aqui mencionado por colegas que me antecederam – histórica e inédita.

Então, desde já, parablenzo-o, junto com o Presidente Eduardo Cunha, pela iniciativa, pelo espaço e pela disponibilidade em trazer este tema. Isso mostra que é um tema que não está afeto a uma cor partidária específica, já que temos aqui prefeitos de todos os partidos; não está afeto a porte de cidades, já que há aqui prefeitos de praticamente todas as capitais brasileiras, das maiores cidades do País, cidades médias, como Divinópolis, que administro já no segundo mandato – já fui Vereador e Presidente da Câmara – e cidades menores, todos com a diferença de escala, passando por problemas semelhantes, que aqui foram relatados, de subfinanciamento, de crescimento do custeio de maneira desproporcional à fonte de receitas. Aí está a análise de dados da Secretaria do Tesouro Nacional, de que o nosso custeio subiu onze vezes e meia a nossa participação na Receita Tributária Nacional. Há atrasos e congelamentos em valores absolutos de verbas de programas institucionalizados, como o Saúde da Família, Merenda Escolar e tantos outros.

E aí, cabe a esta revisão do Pacto... Porque, além disso tudo de que estamos falando, que significa uma minimização dos Municípios numa equação perversa de centralização de receitas e descentralização de obrigações, uma equação que não fecha, ainda temos, muitas vezes, que assumir obrigações dos entes federados Estado e União em fontes de custeio e de emissões que são obrigações constitucionais deles, como

segurança pública, por exemplo, a bem da paz, da segurança e da vida, da qualidade de vida em nossas cidades.

Então, tudo isso passa por uma revisão. Aqui colocamos e vimos que é uma questão urgente, tendo em vista Lei de Responsabilidade Fiscal – ainda amanhã teremos uma reunião de segurança pública em que irei representar a Frente nesse tema – e o fechamento dos nossos mandatos que passa por aqui, neste debate, e por esses temas que estão abordados em nossa pauta.

Já sonhamos e idealizamos, em um tempo recente, uma reforma federativa ampla, esperamos uma reforma tributária, fiscal e política ampla, mas vimos que temos que fazê-la ponto a ponto, como uma acupuntura política federativa que estamos construindo aqui de maneira objetiva, pontual e, ao mesmo tempo, efetiva, porque precisamos disso em curtíssimo prazo.

Cabe a mim – foi aí colocado pelo nosso Presidente – falar sobre o tema da judicialização.

Diante de todo esse cenário, ainda temos um fenômeno crescente na nossa agenda, que é, cada vez mais, um denunciamento, que, muitas vezes, deriva em judicialização extrema que, no seu excesso, em vários momentos, também configura uma interferência de instituições – no seu excesso às vezes – como Ministério e no próprio Poder Judiciário no dia a dia, na rotina de nossas cidades.

Entendemos que é hora de sairmos de uma relação pessoal de um prefeito, de um juiz e de um promotor, que, às vezes, dá certo e, às vezes, não dá certo; de sair de uma visão personalista subjetiva de que numa comarca há a aplicação de determinada medida e numa comarca vizinha já há uma visão totalmente diferente. Portanto, assim, não temos clareza das ações e do rumo que também temos que seguir. Essa questão merece uma regulação no sentido de que avancemos ao máximo num ambiente institucional, respeitoso e menos intervencionista também na questão orçamentária e, claro, vale dizer, especialmente na área da saúde, da merenda escolar, na área de vagas em creches municipais, exames, consultas e tantas outras.

Então, estamos aqui para fazer um apelo. Temos um projeto tramitando na Casa do Deputado Paulo Teixeira, aqui presente – eu o saúdo, Deputado por São Paulo, mas com raízes em Divinópolis, seu avô nasceu em nossa cidade –, autor do Projeto nº 8.058, de 2014, que introduz esse tema para que possamos colocar um processo especial para se ter um controle da boa relação institucional, menos personalista e respeitosa nos Municípios, menos intervencionista. Às vezes entende-se um juiz ou um promotor que está salvando uma vida numa canetada e, muitas vezes, está tirando uma vida, porque o leito é um só, e o Orçamento público...

Muitas vezes, temos a nossa missão de cumprir a atenção primária, mas temos que cumprir judicialização no setor terciário, na gestão de leitos hospitalares, diminuindo assim, a nossa função precípua de promover a saúde, em especial na atenção primária.

Para finalizar, peço o empenho na prioridade desta pauta que me cabe de avançar na discussão e aproveitar o projeto do Deputado Paulo Teixeira, para que avancemos. E quem sabe até, Deputado Paulo, Deputados e Senadores presentes, para maior

segurança jurídica, tendo em vista que esse assunto é melindroso e, ao mesmo tempo, quanto mais segurança para todos nós, melhor, quem sabe aproveitemos o ensejo e transformemos o projeto numa PEC, para que evitemos amanhã até uma vitória de curto prazo em termos um projeto, mas que não tenha um respaldo constitucional e possa haver uma ADI ou qualquer questão nesse sentido que não prospere, no médio e longo prazo, em instâncias superiores, essa nossa ação.

Quem sabe, aproveitemos esse tema, Presidente Renan, Deputado Paulo, para até aprimorar a ideia do Projeto de Lei 8.058 em uma PEC, para melhor segurança jurídica, ambiência e foro para tratar dessa questão.

Então, é com esse sentimento que estamos aqui, representando os colegas, numa reunião tão rica, histórica e, tenho certeza, que trará resultados não só para os prefeitos ou para as cidades, mas principalmente para a população que vive nela e que espera de nós uma resposta – nós, que estamos na ponta do sistema.

Essa é a contribuição. Tenho certeza de que teremos encaminhamento e bom êxito nesse pleito. Uma boa-tarde a todos.



PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

Prefeito Renildo Calheiros (Olinda-PE) – Presidente Renan Calheiros, Presidente Eduardo Cunha, Prefeito e Presidente da nossa Frente, Márcio Lacerda, Senhoras Prefeitas, Senhores Prefeitos, Senadoras, Senadores, Deputadas, Deputados, este tema do subfinanciamento da saúde já foi tangenciado por vários oradores aqui, mas havia alguns aspectos para os quais, embora de maneira breve, chamo a atenção.

O primeiro deles é que o Brasil é um País cuja população cresce muito. Em 1970, a população brasileira era da ordem de 90 milhões de pessoas. Hoje, quarenta e poucos anos depois, o Brasil está rompendo a casa dos 200 milhões de habitantes. Como se vê, mais que dobramos, aumentamos em 110 milhões a nossa população.

Na Constituição de 88, houve o constituinte brasileiro a sabedoria de dar um passo adiante, colocando a educação como um direito de todos e como um dever do Estado, ampliando esse direito a toda a população brasileira, e não só a quem pagava a Previdência Social, como era até então no velho sistema do Inamps.

Como se vê, incorporamos uma quantidade muito grande de pessoas ao sistema público de saúde. E foi necessário fazer isso, foi uma medida de grande alcance social, uma medida democrática e importante e que confere ao Brasil, com o SUS (Sistema Único de Saúde), um dos sistemas de saúde mais avançados do mundo. Não tenho dúvida de que caminhamos positivamente.

Mas hoje enfrentamos um grande gargalo: como continuarmos oferecendo um serviço de saúde pública que ainda precisa melhorar mesmo na situação atual em que os Municípios se encontram? Essa situação não é resultado só da crise que vivemos no

momento. É que esses serviços têm melhorado, têm sido ampliados e alcançados cada vez mais um número mais expressivo de pessoas.

Conferindo, Presidente Renan Calheiros, os números que o nosso Anuário, a nossa publicação que acompanha a estatística dos Municípios, acerca de sua situação financeira, vamos encontrar que, de 2001 a 2013, a despesa dos Municípios com a saúde cresceu 138%, descontada a inflação; é um crescimento real de 138% em dez anos. Veja que estamos falando de um número insustentável.

Pegando um período mais recente, de 2012 a 2013, os Municípios brasileiros tiveram um gasto que passou da ordem de 21,2% para 28,9%, em três anos. O Rubens, Prefeito da cidade de Petrópolis, chama minha atenção, aqui ao lado, sobre o fato de que Petrópolis gasta hoje 36% com saúde. É claro que sabemos que essa não é uma questão simples. Ela é muito complexa, mas é urgente, e precisamos encontrar uma solução, com maturidade, com responsabilidade e com sabedoria.

Sem pretender aqui abrir polêmica, mas, anos atrás, o próprio Congresso Nacional acabou com a CPMF, que retirou da área da saúde bilhões e bilhões que eram investidos na saúde. É necessário encontrarmos uma nova equação, um novo pacto, uma nova negociação, onde entrem todos os entes da Federação, porque os Estados e a própria União são o quê? São uma construção jurídica administrativa e política. O que existe, na verdade, são os Municípios, é lá que o cidadão vive, é lá que a política pública é executada, é lá que os recursos são investidos, e o Município não pode ficar desassistido.

Dizia o Presidente Eduardo Cunha que o cobertor é o mesmo, e está certo ele. O que é que precisamos fazer? Ou puxamos o cobertor mais para um lado e escolhemos qual dos pés que ficará descoberto, ou discutimos o aumento do cobertor. Mas o fato concreto e objetivo é que os Municípios não podem ficar na situação em que se encontram, porque eles não dão conta da política de saúde que está sendo executada hoje, ainda mais quando consideramos que essa política precisa melhorar, porque as carências ainda são muitas na área da saúde.

Fui Deputado Federal, aqui, por três Legislaturas. O Prefeito Maguito Vilela foi Senador. Talvez, pelo vício do Parlamento, o Senador Maguito Vilela gesticula muito

de lá, Presidente, eu acho que ele está me pedindo um aparte. Eu não conheço o Regimento do Senado, mas, pelo Regimento da Câmara, no Grande Expediente, desde que seja pequeno, o aparte é permitido, e eu gostaria de passar a palavra rapidamente ao Senador Maguito Vilela.



PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

Prefeito Maguito Vilela (Aparecida de Goiânia-GO) – Senhor Presidente, Renan Calheiros, só para cumprimentar o grande Prefeito Renildo Calheiros, que abordou o tema com muita competência, com muita precisão, com muito equilíbrio.

Na realidade, Renildo, esse é um problema que angustia hoje todos os Municípios brasileiros, todos os Estados

brasileiros e, mais do que isso, toda a população brasileira. Os 180 milhões ou 200 milhões a que você se referiu estão preocupados com a saúde, hoje, no Brasil. Eu acho que todos os assuntos aqui são relevantes, mas o mais relevante é o da saúde, porque lá, nos nossos Municípios, estão morrendo irmãos nossos por falta de remédio, por falta de uma cirurgia – as cirurgias estão todas reprimidas, estão faltando médicos, estão faltando unidades de saúde.

Então, é importante discutir, com muita rapidez, a solução para os problemas da saúde no Brasil, porque tudo pode esperar um pouquinho, mas saúde não pode, cirurgia não pode, remédio não pode faltar. Então, V. Ex^a abordou um tema da maior importância.

Eu quero dizer que o momento é fértil. Temos um grande Presidente no Senado, temos um grande Presidente na Câmara, que impõem dinamismo a estas Casas, e há boa vontade também, naturalmente, do Governo Federal, porque a Frente já esteve com Ministros e com a Presidenta. Então, há um ambiente favorável para discutir e encontrar solução para esse grave problema que aflige o Brasil.

Muito obrigado.

PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO



Senador Walter Pinheiro, presidente da Comissão Especial de Aperfeiçoamento do Pacto Federativo do Senado Federal – Aqui, eu estou à sua direita, mas normalmente estou à sua esquerda.

Primeiro, eu quero fazer uma saudação aos dois Presidentes, o Presidente Eduardo Cunha e o Presidente Renan Calheiros, não só por esta iniciativa, mas pela importante decisão em relação a esses caminhos e, eu diria, à votação de matérias que nos permitam ir ao encontro do desejo já expresso aqui por marchas, por encontros e por diversas reuniões de governadores e de prefeitos do País inteiro.

Presidente Renan Calheiros, quero ser muito direto na conversa com os nossos prefeitos aqui, nesta manhã tarde de hoje.

A primeira coisa que quero dizer é que acho que seria importante se pudéssemos enxugar, meu caro Renildo, esse espectro de coisas, porque sei que o desejo amplia a nossa necessidade. Todas as vezes em que há uma oportunidade como esta, todo mundo quer derramar o rosário de coisas que deveriam ser resolvidas, mas eu acho que temos de entrar no terreno da concretude. Quais são os pontos efetivos que transformariam a nossa realidade? Esses pontos estão dentro da realidade da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para poderem ser executadas? Eu acho que essa é a primeira sinergia que temos de buscar. Não adianta trazer um tratado de tordesilhas para passar aqui quatro ou cinco anos.

Eu estou, Presidente Renan Calheiros, no meu sexto mandato, se considerarmos os quatro mandatos de Deputado e, agora, o segundo período de mandato no Senado.

Foi essa cobrança que fez com que o Senador Renan criasse a comissão. Inclusive, estabelecemos com ele um critério e um prazo. E o prazo, meu caro Marcio Lacerda, Prefeito de Belo Horizonte, tem a ver com uma coisa muito importante: o Senado não pode mais passar o ano de 2015 sem votar matérias que estão aqui há 40, 50, 60 anos, fazendo parte do mesmo choro todo ano! Não podemos repetir esta reunião para o ano, para chegar aqui e fazer um balanço de que estamos fazendo esforço, quando não fizemos a nossa parte! Isso não é afronta ao Executivo. Pelo contrário, isso é um chamamento interno para o cumprimento do nosso dever. Essa é a obrigação do Senado Federal, aquilo que nos compete!

No período passado, Senador Renan, votamos 24 medidas provisórias enviadas pelo Governo. A única medida provisória que o Governo mandou para cá e que não foi votada foi a única medida provisória que tratava da simplificação tributária e do Pacto Federativo. O Governo tratou de matar a medida provisória antes de ela ser apreciada. E votamos as 24. Portanto, chegou a hora de votarmos os projetos que têm a ver com Municípios e Estados. Não dá mais!

É por isso que, na comissão, eu, o Senador Fernando Bezerra e a Senadora Simone Tebet, que dirigimos esta Comissão, colocamos uma data para o Presidente Renan: no dia 8 de setembro, entregamos ao Presidente Renan todos os processos em condições de apreciação em plenário. Todos! Todos os processos do Pacto Federativo.

Hoje, à tarde, às duas e meia, a gente já recebe dos três relatores o chamado sumário para começar a entrar no processo de relatório final.

Portanto, Prefeitos e Prefeitas, tenham certeza de que não vamos sair do ano de 2015 sem botar o dedo nessa ferida, sem discutir a questão do financiamento.

Não é possível adiar isso mais. Não é mais possível, por exemplo, permitir a continuidade de uma relação com o Fundo de Participação, por exemplo, quando o Governo faz festa com o chapéu dos Municípios. A isenção do IPI retira dinheiro de Municípios e de Estados para financiar uma política de caráter federal.

Aprovamos aqui, no ano retrasado, uma matéria de que eu fui Relator, do Fundo de Participação dos Estados. Aprovamos um texto que obrigava o Governo a, todas as vezes em que autorizasse isenção de IPI e no caso do Imposto de Renda, principalmente de IPI, que tem incidência direta nos fundos, manter esse recurso no fundo. Isso não seria abatido no fundo.

Isso passou, o Governo vetou e o Congresso Nacional manteve o veto da Presidência da República. Vamos voltar com essa matéria agora, na Comissão. Se o Governo quiser fazer isenção, que o faça com os seus recursos, do Governo Federal, não os de Estados e Municípios.

Não é possível perpetuar a situação, por exemplo, de royalties, dos royalties da mineração, meu caro Renildo, que ajudarão muito os Municípios brasileiros.

O governo central não pode ficar preso a essa questão. Não é mais possível manter na saúde e na educação um conjunto de medidas com programas que são anunciados

como grandes coisas, sendo que, no fundo, no fundo, a conta sempre sobra para o lombo do Município. É o caso das UPAs...

No caso do Samu, que o Senador Serra levantou agora, os Municípios que sediam o Samu, além de responsáveis pela despesa local, são responsáveis pelas despesas regionais. Portanto, isso é inaceitável! É uma propaganda federal no bolso do Município. E, efetivamente, quando o serviço não funciona, o Governo Federal culpa o Município, o gestor municipal.

Portanto, temos que mudar essas regras da saúde, voltar a ter os investimentos como no passado. Aceitamos passivamente um repasse de 52% cair para 43% na área da saúde ou na área da educação. Ouvimos campanhas de transporte escolar, de piso dos professores, mas, mais uma vez, é aquela velha estória de “o Governo Federal está mandando; o Município é que não está fazendo”.

Portanto, precisamos botar o dedo na ferida nesses pontos, mexer na questão da Previdência, tratar dos pontos centrais para, de uma vez por todas, voltarmos a ter o processo de desenvolvimento.

E, por último, Senador Renan, há um debate que estamos travando aqui, no Senado, de que não há como fazer Pacto Federativo sem um fundo de desenvolvimento econômico. Esse foi o grave problema do Brasil.

Eu fui Secretário de Planejamento do Estado da Bahia. Um dos pontos centrais de que tratamos na Bahia foi que não adiantava o Estado fazer planejamento econômico sem imaginar o desenvolvimento econômico em cada Município. Não tem como! Você tem Municípios pobres com dois ou três Municípios da região metropolitana recebendo um volume de investimentos e tenta fazer o desenvolvimento econômico do Estado a partir daquilo que está na região da capital. Não há Estado algum que se desenvolva dessa maneira.

Portanto, no debate nacional que estamos fazendo, o Fundo de Desenvolvimento Econômico deve ser constitucionalizado e levar em consideração a necessidade dos 5.570 Municípios do Brasil. Não tem solução se não resolvermos o problema da renda, do desenvolvimento econômico local, da oportunidade de geração de postos de trabalho. Não vai haver Pacto Federativo sem isso, porque, mais uma vez, fica o tempo inteiro a dependência do Município ou na relação com o Estado ou na relação com a União.

Então, chamo os Prefeitos para esse apoio no sentido de enxugarmos cada vez mais, mas de entregar, no ano de 2015, no final do ano de 2015, todas essas matérias importantes que cabem ao Senado da República votadas aqui, na nossa Casa. Depois, temos que discutir o que vamos fazer com a Câmara – essa já é uma tarefa do Eduardo Cunha, não nossa – e como vamos comprar a briga com o Governo Federal para que possamos realmente fazer valer essas questões.

Portanto, saiam daqui com esse compromisso de nossa parte, e, ao mesmo tempo, venham ao encontro dessa cobrança que temos feito, para nos subsidiar aqui, no Senado, para apoiar essas iniciativas e, ao mesmo tempo, para cada prefeito fazer pressão em seu Senador para que possamos, no dia 31 de dezembro de 2015, ter a

oportunidade de dizer “está aqui: a pauta que nos foi entregue, a pauta do que era exatamente crucial para Municípios o Senado da República está entregando a prefeitos e a governadores do Brasil neste ano”.

Muito obrigado.



Prefeito Chico Brito (Embu das Artes-SP) – Boa tarde a todos e a todas.

Cumprimento o nosso Presidente do Senado, Renan Calheiros, e o nosso Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, Marcio Lacerda.

Esse tema do consórcio público tem importância pelo fato de que nenhum Município conseguirá resolver seus problemas de saúde, educação, mobilidade e saneamento básico de maneira isolada. Hoje, temos a realidade de que, se um Município melhora a sua saúde, a população do Município vizinho busca esses recursos, esses serviços.

Portanto, Presidente, em nome da Frente Nacional de Prefeitos, quero apresentar a V. Ex^a o pedido para que o Senado e a Câmara Federal apreciem uma proposta para criar uma normatização para a operação de crédito para os consórcios. Acreditamos que, dessa forma, os Municípios consorciados poderão resolver problemas regionais.

É difícil, por exemplo, realizar o Plano Nacional de Resíduos Sólidos porque sabemos que a maioria esmagadora dos Municípios brasileiros não tem condição de dar o destino correto ao seu resíduo sólido, seja através de um aterro sanitário ou, como a lei exige, através da construção de uma usina de tratamento.

A mobilidade é outro tema que os Municípios também não conseguirão resolver isoladamente. É fundamental os Municípios atuarem de maneira consorciada, para criar bilhetes únicos regionais, para criar a mesma tarifa. Ou seja, a nossa proposta é que os Municípios possam se consorciar, como já permite a Lei federal nº 11.107, regulamentada pelo Decreto nº 6.017, mas não podemos, como consórcio, receber recursos de operação de crédito porque se exige que cada Município membro do consórcio esteja com seu Cauc em dia. E sabemos em dia. E sabemos que, em um consórcio com dez Municípios, com certeza, em algum momento, algum Município terá problema com o seu Cauc. Assim, portanto, aquele consórcio não pode receber esse recurso.

Sendo assim, Presidente, faço um apelo ao Congresso Nacional para que crie essa normatização, para que os consórcios regionais possam receber operação de crédito e, dessa maneira, fazer, como o Senador Walter Pinheiro disse, o seu desenvolvimento regional. O desenvolvimento regional implica uma articulação dos Municípios através de um consórcio, o que é uma inovação do Pacto Federativo. Sem essa mudança, teremos uma nova institucionalidade, que é o consórcio, mas que não poderá avançar, porque hoje ele não pode fazer uma operação de crédito para desenvolver projetos.

Agradeço a atenção. Tenho certeza de que o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, antenados com a necessidade e o clamor do povo brasileiro nas ruas, apreciarão esse nosso pleito.

Muito obrigado.



PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

Prefeito Gilmar Olarte (Campo Grande-MS) – Saudamos o Presidente Renan Calheiros, do Senado Federal, saudar o Presidente Eduardo Cunha, e saudar o nosso companheiro Marcio Lacerda, da Frente Nacional de Prefeitos.

De maneira muito objetiva, devido ao adiantado da hora, eu gostaria de falar de uma terminologia apenas: nós Prefeitos precisamos de celeridade, do socorro do Congresso Nacional. Temos recebido as obrigações, como foi dito pelo Senador José Serra, mas não temos recebido as fontes de receitas para honrarmos essas obrigações dos nossos Municípios.

Então, viemos aqui pedir que haja uma ação imediata dos senhores com todos os Parlamentares do Senado e do Congresso Nacional para que isso seja estancado e possamos rever, por exemplo, a situação, que acontece hoje em muitas cidades do País, das greves de professores e de outras greves, porque foi nos dada uma obrigação, mas não nos foi dado de onde tirar o dinheiro para cumprir essa obrigação.

Deixamos aqui, e encerramos a nossa fala de maneira objetiva, o ensinamento sagrado que fala sobre darmos de comer a quem tem fome. Quando fazemos isto, estamos atendendo à vontade do Divino.

Contamos com os senhores!

A nossa fala é no sentido de ratificar tudo o que foi falado aqui. E eu gostaria de incorporar à minha fala tudo que foi dito pelo Senador José Serra, principalmente no que diz respeito a essas responsabilidades que são atribuídas a nós Prefeitos e aos Municípios sem que se defina de onde se vai retirar o recurso, fazendo, assim, gentileza com o chapéu alheio.



PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

Muito obrigado.

Prefeito Eduardo Pereira (Várzea Paulista-SP), presidente da Associação Brasileira de Municípios (ABM) – Agradeço pelo convite e cumprimento o Presidente Renan, o Presidente Eduardo Cunha, o Presidente Marcio Lacerda, os Deputados e as Deputadas, os Prefeitos e as Prefeitas. A ABM, Presidente, é a associação municipalista mais antiga do Brasil.

Concentro-me só em algumas questões para acrescentar mesmo.

A primeira é que eu acho que tem que ficar claro que o caráter da reforma é o caráter do aprimoramento.

O Pacto Federativo brasileiro frente aos outros países é um pacto federativo em que os Municípios têm maior grau de autonomia, mas faltam recursos para poder exercer essa autonomia. E queremos aprimorar, não rever o Pacto Federativo da Constituição de 1988.

A segunda é que acho que, apesar de haver uma Comissão, se a gente pudesse avançar em alguns aspectos, ao invés de ter um pacotão dizendo que vamos fazer uma reforma no Pacto Federativo, deveríamos ter medidas concretas que ajudem na vida dos Municípios. A principal, é óbvio, diz respeito a recursos, mas há uma série de entraves na legislação que pode melhorar as condições de gestão dos Municípios, lembrando que quem tem mais dificuldade são os pequenos e médios Municípios, que têm dificuldades técnicas para a gestão.

Portanto, concentro-me em uma proposta da ABM, que é a de revisão da Lei de Responsabilidade Fiscal, para incluir no art. 62 a responsabilidade dos Estados e da União de ressarcirem os Municípios quando os Municípios emprestam funcionários ou, por exemplo, pagam aluguel de equipamentos ou prestam serviços que são de responsabilidade dos Estados e da União. Essa medida faz com que o Município tenha mais justiça, porque a gente acaba pagando aluguel de delegacia, emprestando funcionário para uma série de serviços que são de responsabilidade dos Estados e da União. O que estou propondo é... O Município não se nega a fazer isso, a gente não se nega a fazer isso, mas propomos que seja responsabilidade fiscal dos Estados e da União ressarcir o Município que faz isso, ressarcir aquilo que o Município gastou em função do serviço do Estado ou da União.

Uma segunda proposta, que acho que tem prejudicado, dificultado muito a gestão dos Municípios e que está aqui, no Congresso, há muito tempo, é a de revisão da Lei de Licitações, a Lei nº 8.666, de 1993, de antes, portanto, da internet. Já passaram por aqui, pelo Congresso, mil propostas de revisão da Lei nº 8.666.

O Governo Federal criou o RDC, e hoje mais de 80% das licitações do Governo Federal são feitas pelo RDC, mas sobra para os Municípios respeitar a Lei nº 8.666, que é muito anacrônica. Mas é possível a gente melhorar a capacidade de gestão dos Municípios com algumas medidas, invertendo a ordem de abertura dos envelopes, atualizando os valores das diferentes formas de licitação... São medidas que ajudam muito na capacidade de gestão dos Municípios, que já estão apertados do ponto de vista financeiro e ainda têm de lidar com um impedimento, muitas vezes, da legislação.

Proponho só mais duas coisas.

Eu acho que o Congresso deve aprimorar... E este tipo de mesa que estamos tendo aqui tem que se tornar permanente no Congresso. Eu proponho que parte da reforma seja a criação de um comitê federativo do Congresso. É um modelo que existe na Alemanha. Por ele, por exemplo, quando houver, na Câmara ou no Senado, alguma propositura que mexa na vida dos Municípios, em termos financeiros, de gestão, de

qualquer coisa que mexa na vida do Município, as entidades municipalistas devem ser consultadas. A minha impressão é de que, muitas vezes, os Senadores e as Senadoras, os Deputados e as Deputadas, imbuídos da mais nobre vontade de ajudar o povo... Seria bom consultar os prefeitos e as prefeitas sobre se aquilo pode funcionar, se aquilo vai funcionar, qual a melhor maneira de funcionar. Acho que é simples criar um comitê federativo do Congresso com as comissões e representação das entidades.

Para discussão do ICMS, por exemplo – eu acho que devem ser revistos os 75% na Constituição –, eu acho que é possível a gente aprimorar a legislação do FPM melhorando a condição do FPM para os Municípios de mais baixa arrecadação per capita. Eu acho que a gente pode tentar criar... A minha proposta é de que a gente crie uma parcela do FPM, como existe para os Municípios do interior, para os maiores Municípios do interior, que a gente crie uma reserva, como há para os maiores Municípios do interior, do FPM, Serjão, para os Municípios de menor arrecadação per capita. Um mecanismo de a gente não mexer... Há duas coisas no FPM em que a gente não deveria mexer. Uma é que ela privilegia realmente os pequenos Municípios. E isso é verdade. Para os pequenos Municípios, o FPM, muitas vezes, é quase toda a arrecadação. Enquanto isso, ele não é bom para os grandes Municípios. Mas um mecanismo que a gente poderia criar para aprimorar a justiça tributária seria ter, por exemplo, mais uma reserva, direcionada para os Municípios, por exemplo, de até R\$1,2 mil per capita distribuída conforme a população.

Por último, além de avaliar as propostas já levantadas pela Frente Nacional de Prefeitos, reforço o papel do Congresso sobre a questão da judicialização da gestão e da criminalização dos agentes políticos.

A gente tem visto coisas dramáticas. O Prefeito Fernando Haddad viveu o impedimento da continuidade da política de ciclofaixas. No interior de São Paulo, em Limeira, a Justiça determinou o afastamento do Secretário de Saúde e uma fórmula para poder controlar a dengue no Município a partir do Ministério Público e da Justiça. Em Várzea Paulista, quando eu era Prefeito, o Ministério Público e a Justiça mudaram o sistema de avaliação da educação, proibindo a progressão continuada no Município de Várzea Paulista, por exemplo.

Acho que devemos, no Congresso, aprimorar o Projeto de Lei nº 8.058, do Paulo Teixeira, para que os promotores e os juízes sejam mais responsabilizados. O problema para os prefeitos e para as prefeitas é que, muitas vezes, insisto, imbuído do mais nobre interesse, da mais nobre vontade de ajudar o povo, o promotor, a promotora, o juiz ou a juíza acaba fazendo o papel de prefeito e cria ou modifica uma política pública de acordo com a ideia, de acordo com o projeto e a proposta que aquele promotor ou aquela promotora tem.

Além disso, acrescento que é preciso que o Congresso – e podemos discutir isso com as entidades, – crie algum mecanismo para evitar a criminalização exacerbada dos agentes políticos. Todos aqui somos a favor do combate sem tréguas à corrupção, mas não dá para confundir pequenos erros formais com corrupção. Não dá para confundir pequenos erros formais que acontecem em alguns procedimentos. Por exemplo, o Ministério Público e, depois, a Justiça determinam o ressarcimento, aos cofres públicos, de recursos que foram pagos, foram utilizados, por serviço ou obra que

foi entregue ao munícipe, à prefeitura. O prefeito ou o ex-prefeito tem que, depois, ressarcir. Mas não se está dizendo que não foi pago ou que o serviço não foi feito; está-se dizendo que houve um erro formal na contratação. Então, esse tipo de política que o Judiciário tem levado no País vai levar a que mais nenhuma pessoa honesta se candidate a prefeito.

Portanto, precisamos – e acho que isto é papel do Congresso – pensar nisso.

Hoje, a Associação Brasileira de Municípios vai entregar, por escrito, ao Senador Walter Pinheiro e ao Senador Fernando Bezerra, as nossas propostas, na reunião da Comissão, para que possamos continuar esse diálogo. Temos que aprimorar muito o Pacto Federativo. O papel do Congresso é dos mais nobres e a possibilidade de aprimoramento do Pacto está muito aqui, no Congresso Nacional.

Obrigado.



Deputado Júlio César, presidente da Frente Parlamentar Municipalista – Senhor Presidente do Senado e do Congresso, Renan Calheiros, Senhor Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, Marcio Lacerda, Senhores Senadores, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Prefeitos, fui Prefeito de uma pequena cidade do Piauí, onde há uma grande dependência das transferências constitucionais, e posso dizer, Presidente Renan, o quanto os Municípios do Brasil têm sido sacrificados.

Em 1988, quando tivemos um maior avanço na divisão do bolo tributário nacional, aumentamos, Prefeito Marcio Lacerda, de 17% para 22,5% do FPM. Cada um por cento representa, a preço de hoje, R\$3.5 bilhões. Depois, apresentei uma PEC de 1% no mês de dezembro, que já está sendo pago. Agora, tem a de 1% de julho, que vai ser pago agora, no dia 10. E temos lutado muito para diminuir essas desigualdades que existem dentro do Pacto Federativo.

Mas, em 1988, Senhores Prefeitos, quando foi feito esse avanço, o IPI e o imposto de renda, que são base do FPM e do FPE, representavam 6% da receita do PIB – hoje, representa 6% – e as contribuições representavam 1,8% – hoje, representam 8%. Cada um por cento do PIB é mais de R\$50 bilhões, a preço de hoje. Para vocês verem o quanto cresceu a receita da União sem compartilhar com os entes federados. E eu me lembro muito bem de que, em 1988, a população do Brasil era de 145 milhões de habitantes; hoje, ela já passa de 200 milhões. Os Municípios estão muito sacrificados.

Existem muitos privilégios no Brasil: privilégio do valor adicionado, do critério do FPM, privilégio da renúncia, que os Governadores dão para atrair investimentos, principalmente do ICMS e de outros tributos... São privilégios localizados em algum lugar no Brasil que desequilibram o Pacto Federativo.

Então, temos de rever tudo isso, Presidente Renan, e ver o problema do valor adicionado do ICMS, mas, acima de tudo, como eu ouvi o Presidente da Frente de

Prefeitos falando aqui, o mínimo per capita para cada Município. Há muito Município em que ele é de mil e tantos reais por ano do seu orçamento, há Município em que é de vinte e tantos mil reais e há Município em que é de mais de trezentos mil reais, por ter uma usina, por exemplo, uma refinaria de petróleo, um pólo petroquímico ou uma indústria automobilística.

Então, temos de rever o Pacto examinando todos esses desequilíbrios federativos existentes em nosso País.

Recomendaram que eu falasse muito pouco, mas eu teria muito a falar, mas quero distribuir para alguns Prefeitos – eu não trouxe para todos – o livro O Brasil e o Mundo em Dados Comparativos, onde temos o Brasil comparado com todos os países do mundo. E é bom que se diga que o nosso PIB é maior do que o PIB dos 52 países da África. Temos todos os indicadores econômicos, sociais, de renda e de programas divididos aqui por Estado, relativizando a participação da região a que o Estado pertence e o percentual que ele tem. Temos uma avaliação de todos os Municípios do Brasil e de todos os sistemas previdenciários da União, dos Estados e dos Municípios.

Muito obrigado.



Prefeito José Coimbra Patriota Filho (Afogados da Ingazeira-PE), presidente da Associação dos Municípios de Pernambuco – Senhor Presidente Renan Calheiros, Senhor Presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha, Senhores Deputados, Senhores Senadores, colegas Prefeitos, Presidente Marcio, da Frente Nacional, colegas da CNM, acho louvável a iniciativa do Congresso Nacional, que está sendo protagonista de uma nova cena no Brasil.

Aqui não é reunião de prefeitos. Aqui estão reunidos representantes do povo brasileiro. Aqui o Brasil se encontra com todas as suas diferenças e desigualdades para discutir um novo modelo, um novo Pacto Federativo, para discutir o que interessa à vida do povo brasileiro.

Quero chamar a atenção, de maneira especial, para as desigualdades regionais. O Nordeste, por exemplo, acima de tudo, ainda tem a seca, e estamos no quinto ano consecutivo. É impossível tratar de Pacto Federativo, de justiça fiscal, de equilíbrio com as regiões tão desiguais, sobretudo na sua atividade econômica.

Senão, vejamos, Senhor Presidente: aqui, do meu lado, temos um Prefeito do Estado de São Paulo. O FPM, na sua cidade, representa 25% da sua receita, enquanto que, na maioria dos Municípios do Nordeste, o FPM representa mais de 90% da receita. Está clara a desigualdade. Está claro que, dessa forma, não temos como cumprir, por exemplo, a Lei de Responsabilidade Fiscal com a distribuição de obrigações constantes. Quase 70% dos prefeitos de Pernambuco já estão com ficha suja pelo comprometimento com a folha de pagamento. Isso é desequilíbrio, é falta de desenvolvimento econômico que dê oportunidades iguais para todos, em que o

prefeito possa, de fato, atender à Constituição e suprir o nosso povo, a nossa gente com os serviços básicos de educação, de saúde e de assistência para cumprir as suas obrigações.

Presidente Renan, Presidente Eduardo, estamos esperançosos. Nossa esperança é que o Congresso Nacional de maneira rápida, possa acolher as sugestões aqui colocadas por todos os prefeitos. E deve-se registrar que a Frente Nacional, a CNM, a AMB e todo o movimento municipalista brasileiro estão com uma pauta comum. Todos os pontos nos unem aqui, porque nos interessa ajudar a sociedade.

Que o Senado e a Câmara possam chegar a um entendimento urgente, para que possa haver mudanças no Brasil e o povo possa, de fato, ser atendido.

Muito obrigado.

Prefeito Marcio Lacerda (Belo Horizonte-MG) – Agradeço ao Presidente Renan, ao Presidente Eduardo Cunha, aos prefeitos e às prefeitas que aqui compareceram, aos Deputados e Senadores.

Quero dizer que foi uma reunião, de fato, muito útil para todos nós que estamos envolvidos nessas questões e que, certamente, conseguiremos avançar no sentido de uma vida melhor para os nossos cidadãos.

Combinamos com os Presidentes que vamos fazer um acompanhamento das questões através das duas Comissões de Pacto Federativo, do Senado e da Câmara. Inclusive, hoje, no começo da noite, estaremos com o Vice-Presidente Michel Temer para que a articulação com o Executivo também caminhe favoravelmente no sentido de ter o apoio do Executivo nessas mudanças importantes para todo o País.

Agradeço, mais uma vez, a presença de todos e fazer aqui uma homenagem ao meu antecessor, o Prefeito Fortunati, de Porto Alegre, que continua na nossa diretoria e que construiu, digamos, junto com os anteriores, essa base de trabalho que estamos aqui levando à frente.

Muito obrigado.

Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha – Presidente Renan, prefeitos, ouvimos aqui muitas coisas que já conhecemos e muitas coisas novas que estão sendo trazidas, mas a síntese do processo é que há matérias que estão prontas para serem deliberadas nas duas Casas e há matérias que estão, de certa forma, para serem elaboradas.

Resumo os pontos principais que foram colocados: precatórios, a dívida, o PLP da lista dos Municípios, a colocação do projeto das dívidas dos Estados e dos Municípios, a PEC 172, do Deputado Mendonça Filho, que vai ser votada, provavelmente, até o dia 17 de julho, pelo menos na Câmara. Esses projetos principais que estão na pauta serão votados. Esses pontos estão maduros para serem apreciados. Uns estarão sendo formulados e outros estão caminhando no Senado. O financiamento da saúde... Talvez a correção da tabela seja o ponto mais relevante que precisa, de certa forma, ser tratado. E precisamos que essas matérias sejam apreciadas.

De nossa parte, reputamos o encontro como muito proveitoso. Tenho certeza de que ele vai produzir frutos dentro da linha das Comissões da Câmara e do Senado e das matérias que já estão pautadas.

Muito obrigado a vocês.

Presidente do Senado Federal, Renan Calheiros – Queríamos agradecer a presença de todos neste importante, importantíssimo encontro. A exemplo do que aconteceu no encontro que realizamos com os governadores, com a participação de quase todos os governadores, tivemos uma expressiva participação dos prefeitos das grandes cidades, das capitais, das maiores cidades e também do representante da Confederação Nacional dos Municípios e de prefeitos de médios e pequenos Municípios.

O Deputado Eduardo Cunha, Presidente da Câmara, e eu, Presidente do Senado Federal, repito, estamos felizes pelas sugestões que aqui, mais uma vez, recolhemos.

A nossa pauta, como todos presenciaram, eu já disse anteriormente e queria repetir, não é, absolutamente, uma pauta-bomba; é a pauta do povo brasileiro. Não defendemos a política do “quanto pior, melhor”; defendemos a política do “quanto melhor, melhor” e não podemos aceitar falsos dilemas. Muitos planos econômicos fazem água não porque estão, tecnicamente, errados, mas porque são socialmente impraticáveis. E o papel do Congresso Nacional quando busca redesenhar, revisar o Pacto Federativo é exatamente o de trabalhar e ouvir todos, para que a gente possa colocar limite no ajuste, para que esse ajuste, antes de qualquer coisa, seja, sobretudo, justo e leve em consideração o anseio dos Municípios e dos Estados brasileiros.

Mais uma vez, muito obrigado a todos pelas significativas e honrosas presenças.



Lista de Presentes

Prefeitos de capitais

São Paulo (SP)
Fernando Haddad

Rio de Janeiro (RJ)
Eduardo Paes

Salvador (BA)
ACM Neto

Belo Horizonte (MG)
Márcio Lacerda

Manaus (AM)
Arthur Vírgílio Neto

Curitiba (PR)
Gustavo Fruet

Recife (PE)
Geraldo Júlio

Porto Alegre (RS)
José Fortunati

Maceió (AL)
Rui Palmeira

Campo Grande (MS)
Gilmar Artunes Olarte

Teresina (PI)
Firmino Filho

Aracaju (SE)
João Alves

Cuiabá (MT)
Mauro Mendes

Florianópolis (SC)
César Souza

Vitória (ES)
Luciano Rezende

Palmas (TO)
Carlos Amastha.

Prefeitos de municípios

Várzea Paulista (SP)
Eduardo Tadeu Pereira

Saldanha Marinho (RS)
Glademir Aroldi

Campinas (SP)
Jonas Donizette

São Bernardo do Campo (SP)
Luiz Marinho

Uberlândia (MG)
Gilmar Machado

Contagem (MG)
Carlin Moura

Sorocaba (SP)
Antonio Carlos Pannunzio

Aparecida de Goiânia (GO)
Luiz Alberto Maguito Vilela

Caxias do Sul (RS)
Alceu Barbosa Velho

Olinda (PE)
Renildo Calheiros

Carapicuíba (SP)
Sergio Ribeiro

Bauru (SP)
Rodrigo Antônio de Agostinho Mendonça

Pelotas (RS)
Eduardo Leite

Canoas (RS)
Jairo Jorge da Silva

Uberaba (MG)
Paulo Piau

Petrópolis (RJ)
Rubens Bomtempo

Embu das Artes (SP)
Chico Brito

Ipatinga (MG)
Maria Cecília Ferramenta

Divinópolis (MG)
Vladimir Azevedo

Araçatuba (SP)
Cido Sérgio

Valparaíso de Goiás (GO)
Lucimar Nascimento

Bagé (RS)
Dudu Colombo

Umuarama (PR)
Moacir Silva

Itaúna (MG)
Osmando Pereira da Silva

Cáceres (MT)
Francis Maris Cruz

Ubatuba (SP)
Maurício Humberto Fornari Moromizato

Três Rios (RJ)
Vinicius Medeiros Farah

Jequiá da Praia (AL)
Marcelo Beltrão

Nortelândia (MT)
Neurilan Fraga

Pão de Açúcar (AL)
Jorge Silva Dantas

Afogados da Ingazeira (PE)
José Patriota

Taió (SC)
Hugo Lembeck

Colniza (MT)
Assis Raupp

Nova Olímpia (MT)
Luiz Lázaro Sorvos

Fonte Boa (AM)
José Araújo

Janaúba (MG)
Yuji Yamada

Parintins (AM)
Alexandre da Carbrás

Vitorino Freire (MA)
José Leandro Maciel

Sooretama (ES)
Esmael Loureiro

Apucarana (PR)
Carlos Alberto Gebrin Preto

Petrópolis (RJ)
Rubens Bomtempo

Iguape (SP)
Joaquim Antonio Coutinho Ribeiro

Ilha das Flores (SE)
Christiano Beltrão

São José de Ribamar (MA)
Gil Cutrim.



É fundamental que utilizemos o ativismo do Congresso Nacional, o protagonismo que tanto a Câmara dos Deputados como o Senado Federal estão exercendo, para que possamos, na prática, buscar um novo desenho da Federação. E, dentro desse desenho, estabelecer qual o papel mais adequado que deve caber aos municípios sob todos os aspectos.

Senador Renan Calheiros, presidente do Senado Federal

Temos que determinar quais são as obrigações de cada ente federado e qual é a forma de financiá-las. Esse é um ponto fundamental porque cansamos das atitudes que, através de outros, entregam obrigações e não dão como financiá-las. Impor obrigações aos municípios, não só através do Poder Executivo central como do Poder Legislativo, é algo que não temos mais condições de fazer.

Deputado Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados

Se for importante aprovarmos aqui o ajuste fiscal para viabilizar a governabilidade federal, não é menos importante atender às demandas que possam viabilizar as condições mínimas de administração dos gestores públicos municipais e estaduais.

Senador Fernando Bezerra Coelho, relator da Comissão Especial de Aperfeiçoamento do Pacto Legislativo

Não vamos sair do ano de 2015 sem botar o dedo nessa ferida, sem discutir a questão do financiamento adequado das ações municipais. Não é mais possível manter na saúde e na educação um conjunto de medidas anunciadas como grandes programas pelo governo federal, sendo que a conta sempre sobra para o lombo do município.

Senador Walter Pinheiro, presidente da Comissão Especial de Aperfeiçoamento do Pacto Legislativo